Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 211, abril-junho/1951, pp. 4-61

TRABALHOS ORIGINAIS

A REVOLUÇÃO DE 1930

GENERAL TASSO FRAGOSO

O meu depoimento sôbre a revolução de 1930 levará, como anexos, vários documentos.

Não sei se terei recursos para publicá-lo por minha conta ou se acharei um editor benévolo.

Se não tiver, entregarei tudo ao Instituto Histórico, para que apareça mais tarde em sua Revista, ou no Arquivo Nacional. O Senhor Alcides Bezerra, diretor dêste estabelecimento, disse-me que teria gdande prazer em dá-lo a lume como publicação do Arquivo.

Verei a coisa com vagar.

O que é preciso é ir até o fim e pôr tudo em ordem.

Tasso Fragoso

Rio de Janeiro, 1 *de abril de* 1935.

PREFÁCIO

A revolução de 3 de outubro de 1930 abalou todo o Brasil, interrompendo-lhe a vida normal e impelindo-o a novos destinos.

Como tomei parte ativa na rebelião de 24 de outubro no Rio de Janeiro, que dela decorreu, entendi caber-me o dever de registrar certos fatos capitais, a fim de proporcionar elementos leais e seguros às gerações futuras, que terão de julgar-nos, a mim e aos meus companheiros dessa jornada.

Procurei obter o maior número possível de informações escritas de testemunhas presenciais e dignas de fé, no intuito de comprovar as minhas asserções, notadamente no que concerne aos objetivos da Junta da Capital Federal, de que fiz parte.

Certos pormenores, em que não toco em minha exposição, ressaltam dêsses documentos pessoais.

Peço ao leitor que me releve ter começado falando de mim, mas pensei não ser inútil a recordação dêsses antecedentes. Convém ainda ter presente que nos movimentos dessa natureza há vários focos de preparação ligados a um foco central e que certos informes falam às vêzes de coisas *ouvidas*, razão por que são explicáveis pequenas contradições aparentes.

AUGUSTO TASSO FRAGOSO

General de Divisão

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1937.

O MEU DEPOIMENTO

RECORDAÇÕES DE ALGUNS ANTECEDENTES

Quase no fim do govêrno do Dr. Epitácio Pessoa, disse-me certo dia o Dr. Pandiá Calógeras, então ministro da guerra, que o presidente da República iria nomear-me Chefe do Estado Maior do Exército logo que o general Celestino Alves Bastos fôsse reformado cumpulsòriamente.

A notícia surpreendeu-me, pois nunca entrara em minhas cogitações desempenhar tão elevado cargo. Ouvi-a silencioso.

Tempos depois era nomeado para substituir o general Celestino Bastos o general Setembrino de Carvalho, que nessa ocasião ocupava o pôsto de comandante da 4.ª Região Militar.

Não revelei a ninguém o que havia ocorrido entre mim e o Doutor Calógeras, isto é, a informação que dêle recebera.

Mais tarde, quando me encontrei com êste ilustre patrício e velho amigo, deu-se êle pressa em explicar que o Dr. Epitácio só mudara de resolução para atender a um pedido do Dr. Artur Bernardes, a quem dentro em breve teria de entregar a suprema magistratura do país.

Com a ascenção, logo depois, do Dr. Bernardes à presidência da República, foi o general Setembrino nomeado ministro da Guerra. Convidado por êste camarada, para dirigir o Estado Maior do Exército, aceitei o honroso convite logo que êle me deu a certeza de que o presidente homologava a sua escolha. Fiz questão dêsse esclarecimento prévio porque foi sempre minha opinião que o chefe do Estado Maior devia ser pessoa da confiança não só do ministro, como do presidente.

Dediquei-me de corpo e alma à minha nova tarefa; não poupei esforços para desempenhá-la de modo realmente proveitoso ao Exército e ao país.

A Missão Militar Francesa, chefiada pelo ilustre general Gamelin, já estava trabalhando há três anos para aperfeiçoar e completar a instrução dos oficiais e contribuindo com os seus conselhos para a remodelação da estrutura orgânica do Exército. Eu mesmo já havia tomado parte em manobras de quadros, em sala e no terreno, e numa manobra com tropas no Rio Grande do Sul, tudo sob a direção suprema dêsse ilustre general e incomparável mestre. A observação direta da marcha da instrução tinha revigorado em meu espírito a crença de que a conjuntura era excepcionalmente favorável a uma rápida transformação de nossas instituições militares. Estava certo de que os preciosos ensinamentos dos camaradas franceses punham-nos em condições de recuperar com rapidez todo o tempo perdido nos anos anteriores. Haurindo diretamente dêles as lições da Grande Guerra, alcançaríamos dentro de curto lapso de tempo um nível por tal modo elevado, que a nossa evolução normal posterior teria fatalmente de realizar-se sem o mínimo embaraço.

Os que conhecem a profissão militar podem fàcilmente imaginar a soma extraordinária de trabalho a que tive de entregar-me. A tarefa, que seria penosa em qualquer situação, tornava-se particularmente árdua naquele momento, por causa dos levantes revolucionários a que o govêrno tinha de resistir. Os movimentos de rebeldia criavam embaraços indescritíveis ao funcionamento normal do Estado Maior do Exército, entre outras razões pela necessidade, a que êle se não podia esquivar, de fornecer grande parte do seu pessoal para os Estados-Maiores dos grupamentos em campanha e até, excepcionalmente, para algumas unidades táticas.

Nada obstante, ninguém esmoreceu. O trabalho continuou, embora mais restrito, para que não arrefecesse o fogo sagrado dos poucos que permaneciam em seus postos.

Aguardou-se confiante a volta dos companheiros e, logo que êles regressaram e puderam dedicar-se aos seus deveres normais, retomaram-se os antigos problemas com mais vigor e com a entranhada resolução de continuar o movimento decisivo para diante.

Apraz-me declarar aqui, mais uma vez e com intenso júbilo, quanto me orgulho de haver estado à frente dêsse grupo tão seleto de camaradas. Com a difusão do ensino da Missão Francesa, notadamente com o ministrado na Escola de Estado Maior, dispunha o Estado Maior do Exército de uma pleiade de oficiais capazes de desempenhar os seus delicados deveres com verdadeira proficiência. Destarte pude, como chefe, traçar confiante a cada um a sua órbita de ação e fixar a solução dos problemas capitais que competiam ao Estado Maior. Aproveitei a unidade de doutrina que se ia firmando e

à luz dela envidei esforços para que possuíssemos uma instituição capaz de impulsionar e preparar todo o exército brasileiro para o cumprimento de sua grandiosa missão. Se porventura um dia ficar provado não ter sido completamente inútil o nosso labor, é claro que nenhuma glória me tocará a mim, senão que tôda ela recairá sôbre êsses inolvidáveis colaboradores.

Nessa faina, sem dúvida um tanto desordenada, visto que à nossa boa vontade e ânsia de progredir sem descontinuidade se antepunham a desordem e a instabilidade, que os movimentos revolucionários e o estado geral dos espíritos geravam no seio do Exército, passamos os quatro anos do govêrno do Dr. Bernardes.

O ministro da Guerra chamara a si a direção das operações contra os rebeldes, esquecendo-se de que o Estado Maior, pela natureza de suas funções normais, tinha nela papel importante a desempenhar. Em vez de ouvi-lo, preferia o ministro avocar tudo exclusivamente ao seu exame e decisão, transformando o seu Estado-Maior particular em verdadeiro Estado Maior do Exército.

Sem dúvida esta Repartição não tinha nenhum interêsse especial e não via nenhuma glória em elaborar planos para debelar revoltas, mas também é indiscutível que poderia nessa oportunidade grangear uma sólida experiência no modo de conduzir operações militares no interior do país. Basta atentar na importância de certos serviços que então se faziam necessários (Intendência, Transportes, etc.) para compreender que o doloroso tirocínio seria capaz de facultar-nos algum proveito.

A ascenção do Dr. Washington Luís ao pôsto de presidente da República, em 15 de novembro de 1926, e a nomeação do general Nestor Sezefredo dos Passos para ministro da Guerra despertaram no Exército e no país fagueiras esperanças. Todos imaginaram que o novo magistrado, recebido com flores e aplausos espontâneos, iria estabelecer a concórdia no seio dos brasileiros, extinguindo de vez os últimos vestígios das lutas internas.

Antes de assumir o cargo de ministro da Guerra, servia o general Nestor, como 2.º sub-chefe do Estado Maior do Exército. Eu próprio o havia indicado para êsse lugar, sem sugestão direta ou indireta de ninguém e sem que êle, embora de leve, mo houvesse solicitado.

Confesso que nessa época pouco conhecia o general Nestor. Antes de fazer a escolha dos meus sub-chefes, abri o Almanaque da

Guerra e notei que, dos generais disponiveis para a 2.ª sub-chefia era êle o que me parecia capaz de desempenhar melhor tão importante cargo. Além disso, também atuou no meu espirito o seu procedimento como comandante de um regimento de infantaria da Vila Militar na ocasião em que irrompeu no quartel uma tentativa de sublevação logo sufocada, e na qual sucumbiu um de seus capitães.

Começamos a trabalhar juntos no Estado Maior do Exército, tendo eu sempre a impressão de que viviamos numa atmosfera de concórdia e reciproca confiança. Eu alimentava grandes esperanças na colaboração do general Nestor, porque êle se me afigurava um oficial inteligente, calmo, conhecedor da profissão e ao parecer modesto.

Infelizmente o seu comparecimento à Repartição era às vêzes muito irregular e a sua colaboração se ressentia desta circunstância. Êle se desculpava alegando moléstia grave em pessoa de sua familia, o que era verdade. A razão apresentada tinha tal pêso no meu espírito, que eu a encarava com verdadeira simpatia e achava o seu pouco labor perfeitamente justificável.

Quando soube da sua nomeação para ministro, corri pressuroso a felicitá-lo, certo de que o Exército iria lucrar em extremo com a sua gestão na pasta da guerra.

Tinhamo-nos entretido múltiplas vêzes sôbre a situação das fôrças armadas, as suas necessidades e as suas reformas mais urgentes. Haviamos em diversas ocasiões discreteado sôbre o modo por que os ministros tratavam o Estado Maior do Exército, tomados de desconfianças ou de ciumes contra uma instituição que só aspirava a cumprir pontualmente os seus deveres. A opinião dêle a êsse respeito era radical e em tudo perfeitamente acorde com a minha.

Embora as questões de ensino não corressem pela 2.ª sub-chefia e sim pela primeira, nunca deixei de pô-lo ao corrente dos meus projetos no tocante à instrução dos quadros e da tropa: lembro-me de ter recorrido à sua colaboração quando da reforma do regulamento da Escola Militar. Jamais surgiu entre nós nesses colóquios amistosos, o mais leve sintoma de divergência. Tudo isso me levava a acreditar que a sua entrada no ministério balisaria nova fase, isto é, importaria a colocação do Estado Maior do Exército na posição que de fato lhe deve tocar, e apertaria os laços de confiança e de harmonia entre êle e o respectivo ministro.

Antes de assumir o seu novo pôsto, foi o general Nestor à minha casa, em companhia do seu ajudante de ordens, e ali me convidou

insistentemente para continuar desempenhando as funções de chefe do Estado Maior do Exército.

Respondi-lhe que era meu propósito solicitar a minha exoneração, pois reputava êsse cargo como o único no Exército da confiança imediata do ministro e do presidente. Além disso, já o havia exercido durante quatro anos a fio, estava cansado e achava justo que outro viesse render-me. Porém, que, diante da sua insistência, eu mudava de resolução e iria ajudá-lo durante algum tempo, até que a sua situação se consolidasse e eu pudesse apagar-me definitivamente. Assim procedia — acrescentei — levado da estima que lhe tributava e porque não quisera se interpretasse a minha saída como oriunda de repugnância de submeter-me a quem até há pouco fôra meu subordinado e era general menos graduado do que eu, ou então a ambições minhas não satisfeitas.

Salientei as dificuldades que se lhe iriam deparar daí por diante. A crise financeira, já então demasiado patente, criar-lhe-ia embaraços extraordinários para a reorganização e aparelhamento do Exército. Em todo o caso — ajuntei logo — se êle se dedicasse à instrução, praticaria obra meritória e seu nome ficaria imorredouro.

Quanto ao Dr. Washington Luis, já havia tido ocasião de estar a seu lado algumas vêzes em São Paulo, quando ali me haviam levado os meus deveres profissionais, e de trocar com êle algumas palavras. Depois de presidente, vimo-nos pela primeira vez na Escola Militar, onde S. Excia. almoçou após uma visita ao estabelecimento. Tocou-me, pelo meu cargo, sentar-me à mesa do almôço à sua esquerda. Conversamos. Aproveitei o momento para tocar ao de leve nas necessidades do Exército e expandir a nossa esperança de que S. Excelência tudo faria no sentido de as satisfazer. Lembro-me bem da sua resposta:

— Por enquanto os tanques estão vasios. Vou fechar as torneiras; depois abri-las-ei de novo.

Compreendi logo qual o seu programa de govêrno com relação ao Exército: manter o que havia e evitar novos dispêndios.

Depois que o general Nestor entrou a exercer o cargo de ministro, notei-lhe grandes modificações. Perdeu aquêle aspecto camarário que tanto o distinguia, e passou a tratar os generais com visivel ceri-

mônia, como se desejasse suprimir as intimidades anteriores. Em uma palavra: deu-me a impressão, que eu jamais havia notado em seus antecessores, de que estava realmente capacitado de haver ascendido a uma cota elevada, deixando-nos a todos em nível muitíssimo inferior. Fixou um dia para receber-nos coletivamente. Como a sua sala de trabalho fôsse pequena e de pouco mobiliário, ali ficavamos de pé, à guisa de uma confraria de pedintes, aguardando cada qual a oportunidade de ser ouvido. S. Excia, sentado, conversava sucessivamente com cada um.

Confesso que nunca vira nenhum ministro, nem militar, nem civil, ter idêntico procedimento com o corpo de generais. Confesso mais que me repugnava ficar de pé, aguardando a minha vez, para tratar de serviço público, e por isso passei a só comparecer a essas audiências quando absolutamente não as podia evitar.

Outro sintoma desanimador foi ir verificando aos poucos que seu ponto de vista com respeito ao Estado Maior do Exército já não era positivamente o mesmo e que a minha repartição estava agora sujeita a uma fiscalização rigorosa.

Além disso, também reconheci com profundo pesar, ao intervir em prol de certos oficiais por pedido de outros camaradas, que S. Excelência guardava vivas prevenções e antipatias antigas, e não perdoava aos que julgava causadores de mágoas que havia sofrido.

Augurei mal do porvir e compreendi que só me restava afastar-me na primeira oportunidade.

Passei então a trabalhar ainda com mais ardor, a fim de pôr têrmo à solução de certos problemas de excepcional relevância, que se encontravam em andamento e não convinha fôssem abandonados prematuramente, visto que a continuidade na meditação dos mesmos equivalia a uma condição de bom êxito nas decisões finais.

Apesar do que havia ocorrido por ocasião da renovação do contrato da Missão Militar Francesa, que o ministro assentara e discutira com o general Coffec, sem tomar em conta as minhas justas ponderações, e de eu só ter sabido de suas decisões finais, isto é, conhecido o texto do referido contrato muito tempo depois e graças à intervenção do chefe do Estado Maior da Missão, quando se tornou necessário pagar os membros da mesma pela nova tabela, não esmoreci na fiscalização e impulsão do ensino, e no interêsse pelas manobras e exercícios.

Nesse período de espectativa levei ainda mais tempo do que esperava. Minha resolução era irrevogável, porém queria que a minha saída não ficasse associada a um motivo fútil e meramente pessoal, capaz de atrair sôbre mim a justa crítica dos companheiros.

Destarte esperei até o aparecimento da chamada *Lei do Ensino*.

Convém explanar bem êste incidente.

Encontrando certa vez na cidade, casualmente, um deputado federal de São Paulo, soube por êle que a comissão da Câmara já havia emitido parecer favorável a uma lei do ensino militar elaborada pelo govêrno. Sem dúvida — ajuntou o meu interlocutor — o Estado Maior foi ouvido sôbre o assunto.

Calei-me, tomado de justa surpresa. Nada sabia dêsse projeto, sôbre que ouvia falar pela primeira vez.

No dia seguinte informei-me no gabinete do ministro e ouvi do respectivo chefe a confirmação de que o projeto fôra de fato elaborado pelo ministro.

Compreendi logo que o general Nestor só de propósito não consultara com o parecer do Estado Maior. O assunto incidia sem a mais leve dúvida nas atribuições normais dêste, ninguém melhor do que êle, general Nestor, sabia disso.

Por que então guardar sôbre o mesmo absoluto sigilo?

A desconsideração era demasiado patente e só um cego voluntário deixaria de percebê-la.

De certo pode um ministro, de acôrdo com o presidente da República, reformar a seu talante o ensino militar. Porém o que ninguém compreende é que não ouça prèviamente a Repartição encarregada da matéria, embora depois não lhe siga pontualmente as sugestões. Além disso, como é essa Repartição que terá mais tarde de elaborar os regulamentos decorrentes do dito plano, salta à vista que nunca é demasiado cedo para o ministro pô-la de sobreaviso, orientando-a com a devida antecipação sôbre as idéias que intenta realizar.

Qualquer ministro, ainda que não ouvisse o Estado Maior do Exército, chamaria à sua presença o chefe dêste e dir-lhe-ia, ao menos verbalmente, quais os seus projetos atinentes ao ensino, pedindo-lhe fôsse logo refletindo sôbre as medidas imprescindíveis à sua futura execução.

Porém nem *êsse mínimo* se dignou fazer o general Nestor.

Portanto se alguma dúvida ainda pairasse em meu espírito de que S. Excia. desejava ver-me pelas costas ou desmoralizar o Estado Maior, o episódio da *Lei do Ensino* tê-la-ia desfeito de modo completo.

Predispus tudo para a entrega da Repartição, esperando o momento adequado. Elegi o em que S. Excia. me mandasse o aviso, que

não falharia, como não falhou com a ordem para que o Estado Maior preparasse a regulamentação da lei. Ao invés de cumpri-la, pediria a minha demissão.

O aviso chegou. Entreguei-o ao meu chefe de gabinete, *para ser cumprido pelo meu sucessor*, e solicitei imediatamente uma audiência do ministro, por intermédio de um dos oficiais que serviam sob minhas ordens.

Avistamo-nos, se bem me lembro, entre 4 e 5 horas da tarde.

Levava eu na mão, fechada, uma carta que há muito escrevera ao Dr. Washington Luís, e só esperava a oportunidade para lhe ser entregue.

Nossa entrevista foi rápida. Abordei a matéria declarando-lhe que ia deixar o meu cargo e enviar sem demora a carta, ali em minhas mãos, ao Dr. Washington Luís.

O general Nestor mostrou-se surpreso. Disse não atinar com as razões do meu procedimento. Recordei o que lhe declarara quando do seu convite para que eu continuasse à frente do Estado Maior do Exército. O momento — aduzi — era decisivo: ou eu ficava para chegarmos juntos ao fim da jornada, ou teríamos que separar-nos sem dilação. Disse mais, acentuando as minhas palavras: *V. Excelência precisa agora de quem esteja em consonância com as suas idéias, e possa ajudá-lo a pô-las em prática. Saio para dar lugar a êsse seu novo colaborador.*

O general Nestor fêz ainda algumas reflexões, afirmando que a sua consciência de nada o acusava com respeito a mim. Proclamei o mesmo de meu lado. Garanti haver dado tudo a meu cargo. Êle poderia — ajuntei sem hesitação — ter encontrado um chefe de Estado Maior mais competente do que eu, mas não acharia ninguém mais leal, nem mais trabalhador.

Terminei declarando-me pronto a aguardar o meu sucessor ou a passar logo o cargo ao meu substituto legal.

E assim nos separamos: eu sorridente e jubiloso pela serenidade que me invadia a consciência; êle visivelmente preocupado com achar a verdadeira explicação do meu ato ou, o que é mais provável, com justificar-se a si mesmo.

Voltando ao Estado Maior, enviei a carta, pelo meu ajudante de ordens, ao coronel Teixeira de Freitas, chefe do Estado Maior do presidente, a quem eu já havia pedido, tempos antes, o obséquio de encaminhá-la logo que eu lha remetesse.

Eis o texto da mencionada carta:

Exmo. Sr. Dr. Washington Luís Pereira de Sousa.

Digno Presidente da República.

Não me sendo possivel, apesar dos meus melhores desejos, continuar a exercer o cargo de Chefe do Estado Maior do Exército, solicito de V. Excia. a minha dispensa do mesmo.

Aproveito a oportunidade para agradecer mais uma vez a V. Excia. a grande honra que me conferiu escolhendo-me para essa função e para lhe testemunhar a minha alta estima e consideração.

Augusto Tasso Fragoso

Rio, 30 de dezembro de 1928".

Embora o Dr. Washington se encontrasse em Petrópolis, tive nessa mesma noite a sua resposta, levada à minha casa por um motociclista e expressa nestes têrmos:

"Petrópolis, 18 janeiro 1929

Ilmo. Sr. General Augusto Tasso Fragoso.

Acabo de receber a carta em que me comunicando não ser possivel, apesar dos seus melhores desejos, continuar a exercer o cargo de chefe do Estado Maior do Exército, solicita a dispensa do mesmo.

Ao concedê-la cabe-me agradecer os bons, inteligentes e devotados serviços, que nesse cargo prestou ao Exército e ao Brasil, com zêlo e lealdade.

Com muita estima e consideração.

Washington Luís".

No dia 24 de janeiro de 1929, passei o meu cargo ao meu ilustre camarada e amigo general Alexandre Vieira Leal. Antes disso, reuni em meu gabinete, a portas fechadas, todos os oficiais da minha repartição e lhes expliquei lealmente, pedindo para minhas palavras absoluto sigilo, quais os motivos determinantes do meu procedimento.

Mostrei-lhes que os abandonava mau grado meu, e só para defender a instituição. Não havia em meu ato nada pessoal; era o interêsse coletivo a única coisa que me impulsionara. Aconselhei-os a que ficassem serenos e não esmorecessem nas suas ocupações. Seria preciso tempo para arraigar no espirito de certos superiores a verdadeira noção sôbre o papel do Estado Maior num exército sul-americano, mas afinal se alcançaria o objetivo almejado. Dentro de poucos anos, e à proporção que o ensino da Missão Francesa se fôsse infiltrando lateralmente, ninguém mais ousaria tripudiar sôbre a Repartição, ou sequer molestá-la à socapa com uma guerra de alfinetadas.

E assim nos despedimos.

Como se vê, deixei o pôsto de chefe do Estado Maior do Exército de cabeça levantada e sem haver tido nenhuma polêmica com o general Nestor. Afastei-me serenamente, não guardando no fundo dalma o mais leve ressentimento pelos sucessos ocorridos.

Quanto ao Dr. Washington Luís, nada tinha que articular contra êle. A sua própria carta mostra que nos afastamos um do outro sem quebra das nossas relações, isto é, sem haver nenhuma incompatibilidade entre nós. Surpreendeu-me que não me houvesse chamado à sua presença para inquirir da minha resolução. Mas quem sabe o que lhe teria contado o general Nestor? Talvez lhe houvesse afirmado ser irrevogável a minha decisão (como de fato o era) ou então (conforme me foi então dito sem que eu pudesse verificá-lo) que eu me retirava por motivo de saúde.

Não me julgando incompatibilizado para exercer outras funções militares, aguardei me fôsse dada nova comissão. O general Nestor, porém, nunca se lembrava disso, razão por que passei cêrca de dois anos indo quase diàriamente ao edificio do Ministério, para atestar a minha validez e desejo de trabalhar. Aproveitei o tempo continuando a estudar a profissão, acompanhando-lhe o progresso, e sobretudo escrevendo os últimos capítulos de uma História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai, a que me votava desde anos atrás. Antes de ir ao Ministério, ou depois de sair de lá, dirigia-me ao Arquivo Nacional ou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e ali permanecia algumas horas, consultando e copiando documentos que servissem de base à minha narrativa.

Entretanto, os horisontes politicos se iam toldando e pareciam advertir os espíritos observadores da provável aproximação de violenta borrasca.

As últimas revoluções sobrevindas no Brasil tiveram a sua origem num fato inesperado e singular, que convém recordar neste lance para a perfeita inteligência do que se vai seguir.

A escolha dos candidatos á presidência da República fazia-se sempre por intermédio de um grupo de *leaderes*, que procuravam inspirar-se de preferência nos interêsses do partido ou do Estado, que representavam. A essas combinações não era estranho, quando porventura de fato não as dirigia, o presidente da República em exercício.

Havia franca animadversão contra a intromissão presidencial; muitos a combatiam com pertinácia, mas sem lograr extirpá-la.

Por outro lado as eleições se processavam com tais vícios, que todos sentiam não serem os seus resultados a expressão autêntica da vontade ou do sentimento nacional.

Primeiro a natureza do eleitorado em si mesmo, depois o mecanismo das eleições, facilimo de fraudar, patenteavam defeitos substanciais, de que só excepcionalmente poderia decorrer resultado favorável aos interêsses coletivos. Ninguém se corria de empregar os meios mais condenáveis, contanto que se atingisse o objetivo visado.

Era patente nos meios politicos o desejo de eliminar as lutas eleitorais, francas e desassombradas, no terreno nobilitante das idéias. Queria-se um só candidato, lançado pelos grandes Estados da Federação, e a que os pequenos humildemente se submetessem.

A nação tentou reagir contra essa opressão injustificável. Fê-lo, por exemplo, de modo ruidoso e brilhante com a candidatura do Doutor Rui Barbosa e com a oposição tenaz aos que se utilizaram de um general do exército para lhes facilitar as manobras politicas. Mas o resultado foi o esmagamento impiedoso do bravo e imorredouro campeão do civilismo nacional.

Compreende-se, porém, que permanecesse latente o desejo de libertação do jugo opressor e que êle por vêzes se patenteasse de modo inequívoco.

Quando em 1921 se tratou da substituição do Dr. Epitácio Pessoa, o bloco orientador da politica nacional assentou a escolha do Dr. Artur Bernardes para o quatriênio de 1922-1926.

Contra essa deliberação irrompeu logo grande resistência, que mais se exacerbou com a designação do candidato ao lugar de vice-presidente. Nada obstante tudo teria findado como em outras conjunturas, isto é, a divergência teria ficado adstrita a um campo pacífico, se certa parte da imprensa não houvesse iniciado tremenda cam-

panha contra o Dr. Bernardes. Dando a lume uma carta subscrita com o nome dêste brasileiro e em que se insultava o Exército e a Marinha, lançou a semente da desordem no país e da desarmonia e desorganização do Exército nacional.

O documento era a tôda a luz de uma patente falsidade. O Doutor Bernardes desautorou-o, proclamando num tom de evidente sinceridade jamais tê-lo escrito; mas o rastilho sofrera ignição e teria fatalmente de comunicar fogo à carga explosiva.

Contam-se dai todos os males que nos infelicitaram durante os últimos anos; todos êles promanaram dêsse documento diabólico e dêsse plano infernal.

Deve-se confessar nunca ter havido no Brasil uma campanha política tão habilmente iniciada e dirigida, como a que se desencadeou contra o Dr. Bernardes. Nada se poupou. Atacou-se não só o homem, como o seu próprio lar, do modo mais indigno que é possivel conceber.

A posteridade terá de maravilhar-se diante do rápido êxito obtido por uma falsidade de caráter eleitoral, e a celeridade com que se formou, baseada nela, a consciência de uma multidão, que abandonou subtancamente todos os processos intelectuais de discernimento, para proceder sob a inspiração exclusiva de suas paixões.

O Exército estremeceu diante da suposta agressão. Como seria possivel admitir — refletiam muitos — que fôsse à presidência da República quem havia tão baixo e gratuitamente insultado o Exército!...

A maioria permaneceu, todavia, serena; não acreditou no embuste; anteviu o perigo que êle entranhava; e tomou-o como simples manobra politica para afastar o candidato escolhido. Que seria do Exército — pensavam êsses — se o transformassem em fiscalizador da escolha e da eleição do magistrado supremo? Onde iriamos parar se a nação passasse a ser fiscalizada pela sua fôrça pública?

Essa atitude de fidelidade à profissão e de resistência à invasão da politica no seio dela entranhava de certo um perigo, a saber: a chuva de apodos contra os que não se deixavam fascinar pelas glórias efémeras da rebeldia. O incidente abriu lamentável cisão. A nobreza, a altivez e a independência estariam do lado dos que se arrogavam o direito de vetar o candidato; os outros não passariam de meros janizaros, desfibrados e subservientes.

Ainda assim não se entibiou o ânimo dos que lutavam pelo àperfeiçoamento do Exército o desejavam vê-lo bem enquadrado na sua missão e sempre orientado para o seu objetivo.

Deve-se confessar que grande número de camaradas, e entre êles muitos de boa fé, ficaram tomados de indignação contra o Dr. Bernardes e desenvolveram a maior atividade para afastá-lo, fôsse de que modo fôsse, da cadeira presidencial.

Isso explica a atuação do Clube Militar e a perícia a que êle mandou proceder para verificar a autenticidade do documento.

Os que conheciam o assunto e estavam ao corrente do que se havia passado com o desventurado Dreifus, sorriam da ingênua confiança posta numa pseudo-ciência de peritos em escrita.

Ao contrário, porém, do que muitos desejavam, o Clube Militar, depois do laudo de seus representantes (28 de dezembro de 1921) votou a moção Frutuoso Mendes, assim concebida:

> "Considerando que ficou apurada a autenticidade da carta contendo expressões ofensivas ao Exército e Armada, dada à publicidade nesta capital a 9 de outubro último, e porque não tenha êste Clube qualidade jurídica para promover ação em desafronta das corporações ofendidas;
>
> Resolve, por isso, entregar o caso ao julgamento da Nação".

A moção foi aprovada por 493 oficiais; a que se lhe contrapunha na mesma sessão, apenas alcançou 90 assinaturas.

Embora afirmando a autenticidade da carta, é claro que o Clube se esquivava a uma ação direta contra o Dr. Bernardes.

À primeira vista parecia, pois, que o incidente estava encerrado até que a Nação se pronunciasse, mas na verdade não estava; muitos dos que haviam assinado a moção e outros que não tinham comparecido ao Clube, inclusive por ausentes do Rio de Janeiro, não encobriram o seu descontentamento; achavam que se devia prosseguir na campanha, embora por outros meios, máxime agora que se chegara a comprovar a autenticidade do documento.

A agitação política continuou dentro do Exército; vários partidários de uma reação armada começaram a trabalhar com ardor e pertinácia na Capital Federal e em muitas guarnições militares.

Sobrevieram vários incidentes, que lhes facilitaram a tarefa, a saber: a agitação política em Pernambuco, o telegrama do marechal Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar, ao comandante da guarnição dêsse Estado, no qual se concitava êste comando a meditar sôbre os artigos 6.º e 14.º da Constituição, a repreensão infligida

pelo ministro da Guerra ao dito marechal, a sua repulsa ao castigo, a sua prisão no quartel do 3.º Regimento de Infantaria e, finalmente, o fechamento do Clube Militar.

Todos êsses fatos ainda mais irritaram o espírito dos que propugnavam a urgente necessidade da intervenção das fôrças armadas na política do país e queriam-na imediata, particularmente contra o Doutor Epitácio Pessoa, presidente em exercício, pois viam nêle, além de um poderoso elemento de resistência à ação contra o Dr. Bernardes, um indivíduo preocupado com amesquinhar o Exército e a Marinha, acusação esta, aliás, positivamente infundada.

Tal é a gênese da revolta de 5 de julho de 1922.

O movimento foi ràpidamente abafado. Não tinha, ao que se sabe, nenhum programa político definido além do que decorria dos acontecimentos já referidos sumàriamente: parece que importaria a formação de uma ditadura militar, exercida pelo marechal Hermes da Fonseca.

Os espíritos serenos do Exército contemplaram com sincera mágua o incêndio que ameaçava a instituição. Sem desconhecer a existência de erros inúteis e fàcilmente evitáveis, lamentavam que se buscasse sanã-los não pela evolução natural, isto é, pela reação civil que êsses fenômenos sempre despertam, mas recorrendo a levantes militares. Por isso admiraram a bravura e o idealismo de muitos camaradas jovens, mas persistiram crentes na necessidade de se isolar a fôrça armada das paixões que a política sempre origina e que só servem para desarticulá-la.

Como era de prever, os revolucionários não se resignaram com a derrota; cuidaram sem tardança de preparar novo levante, de maior amplidão e de elementos mais consistentes. Aos sentimentos anteriores juntava-se, agora, o da desforra pelo insucesso de julho e o desejo de libertar os companheiros detidos pela repressão governamental.

Infelizmente os políticos não tiraram dos acontecimentos as lições inequívocas que haviam patenteado; continuaram nos erros anteriores, esquecendo-se de que a violência sempre se revela impotente para restabelecer por si só a concórdia dos espíritos. Depois do levante de julho, cumpria ao govêrno pautar a sua conduta pela mais absoluta correção, não praticar nenhum ato violador da Constituição ou dos direitos dos brasileiros, e garantir sem desfalecimento a liberdade espiritual.

Os revolucionários acusam o Dr. Bernardes de haver intervido indebitamente no Estado do Rio de Janeiro, de cuja presidência afas-

tou o Dr. Raul Fernandes, e de haver estimulado a revolução que assolou durante alguns meses do ano de 1923 o Estado do Rio Grande do Sul. O que se não pode contestar é que êle contribuiu para a tranquilidade dêste Estado, promovendo o acôrdo de Pedras Altas, em que os revolucionários rio-grandenses ficaram vitoriosos, pois conseguiram a reforma da Constituição estadual, com a proibição expressa da reeleição dos presidentes.

Todos êsses acontecimentos haviam tornado ainda mais incerto e sombrio o ambiente político nacional.

Os revolucionários conspiravam tenazmente contra o govêrno, que lhes seguia os passos e buscava romper-lhes as teias misteriosas. E' provável que as medidas de repressão e vigilância fôssem por vêzes condenáveis, pois há sempre, ao lado de certas autoridades, indivíduos prontos a tôda sorte de violências, embora não ordenadas, levados da esperança de se tornarem agradáveis aos poderosos do dia.

Alguns jovens militares desenvolveram atividade assombrosa na organização do novo levante. Aliciaram elementos em várias guarnições do Exército, notadamente em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Em julho de 1924 a rebelião explodiu na capital de São Paulo, sob a direção do general reformado Isidoro Dias Lopes.

O govêrno procurou jugulá-la sem dilações, concentrando tropas ao redor da capital paulista. A luta desencadeou-se com intensidade e logo revelou sintomas de que seria duradoura.

Ao cabo de vinte e três dias, vendo que não podiam vencer e desejosos de poupar a cidade, bateram em retirada para a margem esquerda do Paraná (Pôrto Epitácio), aproveitando com muita habilidade as linhas férreas paulistas e cobrindo-se convenientemente nas direções por onde seria fácil às fôrças governistas empecer-lhes os movimentos.

Descendo o Paraná, depois de uma tentativa infrutuosa de penetração em Mato Grosso, foram estabelecer-se na confluência do Iguaçu com o Paraná. Como daí ameaçavam o Estado do Paraná, mandou o govêrno expeli-los dessa região.

O rincão formado pelo Paraná e pelo Iguaçu, revestido em sua maior parte de espêssa floresta, transformou-se destarte em teatro de nova luta, que durou vários meses.

Mas a ação revolucionária não se limitou a isso: a 29 de outubro dêsse mesmo ano (1924), irrompeu em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, outro levante militar, chefiado pelo capitão Luís Carlos Prestes.

Sem dúvida o plano visado era convulsionar todo o Estado, porém só algumas guarnições do Exército aderiram à rebeldia. Alça-

ram-se logo o batalhão férro-viário de Santo Ângelo, os regimentos de Cavalaria de São Luís, São Borja e Uruguaiana, uma bateria de artilharia de Alegrete e o batalhão de engenharia de Cachoeira.

O capitão Prestes operou uma concentração preliminar de suas fôrças em São Luís e mandou atacar a guarnição de Itaqui, a qual, todavia, não se rendeu e repeliu os seus agressores.

O govêrno preparou um cêrco à fôrça do capitão Prestes, com auxilio dos elementos de qué podia dispor no Rio Grande do Sul, na esperança de colhê-lo com os seus aderentes. Aventando a manobra, Prestes abalou de São Luis e rompeu o dito cêrco. Dirigiu-se à colônia militar do Alto Uruguai, atravessou o rio dêste nome, junto à foz do rio das Antas, cruzou a zona de Missões chocando na direção de Clevelândia com a coluna do general Paim, que buscava arpoá-lo de flanco, transpôs o Iguaçu e, transitando pelo interior da zona de ação dos revolucionários de São Paulo, foi até Santa Helena.

Chegava para reforçar os companheiros quando êstes já haviam perdido a esperança de vitória naquela zona.

Depois de conferenciar sôbre a situação, decidiram os chefes revolucionários abandonar o rincão da foz do Iguaçu, em que até então se haviam batido contra as tropas legais, de que era comandante em chefe o general Rondon, transpor o Paraná, cruzar um pequeno trecho do território paraguaio, e ir surgir novamente em território brasileiro ao sul de Mato Grosso.

E assim se fêz. A passagem do Paraná iniciou-se a 27 de abril de 1925.

Divididos em pequenos destacamentos, começaram então um grande raid, durante o qual atravessaram os Estados de Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco, chegando até região do norte de Minas Gerais. Daí retrocederam, acossados pelas fôrças do govêrno. Fizeram novo circuito, pouco afastado do primeiro, e marcharam em sentido contrário, indo finalmente até Mato Grosso, que percorreram de leste a oeste, em busca do território boliviano, que alcançaram na região de São Matias, a 2 de fevereiro de 1927.

Não se descuidou o govêrno, desde o primeiro instante, de persegui-los para os aprisionar. Com êsse intuito moveu tropas em Mato Grosso e Goiás, e nos Estados do norte, grupando-as sob a forma de destacamentos rápidos e bem apercebidos.

Compreende-se, todavia, quão espinhosa era a missão que êle se propusera. As populações do interior recebiam os revolucionários

com simpatia e nada lhes recusavam, quiçá pelo temor de represálias, no passo que para os legalistas tudo eram dificuldades. Enquanto aqueles manobravam em posição central numa área desmesurada, êstes só com muitos embaraços podiam coordenar no tempo e no espaço seus movimentos centripetos. Ademais disso os revolucionários tinham meios de esquivar-se aos recontros e desprender-se quando isso lhes aprouvesse, certos de que caminhando sem cessar seriam indestrutíveis, pois, como dizia um de seus chefes, o movimento para êles era sintoma indiscutível de vitória. A renúncia à continuação da luta não significava o abandono das idéias que êles haviam defendido, mas era indubitàvelmente a demonstração palpitante de que tinham desesperado de alcançar desenlace feliz com auxílio das armas.

A internação dos últimos combatentes em território estrangeiro produziu, como era de esperar, grande satisfação ao govêrno, que agora podia gloriar-se de haver conseguido manter de pé o princípio do respeito à autoridade constituída.

O sentimento geral foi sem dúvida de júbilo pelo restabelecimento da paz. Todos percebiam que a desordem entravava o progresso do país em todos os ramos de sua atividade. Esperavam, porém, que a lição não ficasse perdida e que o próprio govêrno cuidasse de aproveitá-la, corrigindo os erros que houvesse praticado e empenhando os maiores esforços para restabelecer a verdadeira concórdia, levando para tal fim, sem a mínima hesitação, a necessária confiança ao espírito dos que se haviam sublevado.

Desventuradamente as paixões políticas tinham raízes profundas em ambos os campos, de sorte que talvez não fôsse exequível obter com rapidez tão elevados objetivos. Sem embargo houve políticos de grande visão, que logo se mostraram partidários da concessão de uma anistia. A medida foi lembrada por homens do Rio Grande do Sul. Melhor do que ninguém, sabiam os gaúchos, por experiência própria, quão desfavorável lhes era a presença de revolucionários exilados nas terras estrangeiras da sua periferia. A só ameaça ou possibilidade de invasão tirava ao labor normal de seus filhos a serenidade indispensável para que se tornasse produtivo.

GOVÊRNO DO DR. WASHINGTON LUÍS

Quando o Dr. Washington Luís ascendeu ao poder, a situação do país era sem dúvida de tranquilidade, apesar da forte corrente de antipatia contra o Dr. Bernardes. O novo presidente foi recebido com demonstrações de alegria. A nação desejava ardentemente vê-lo man-

ter a ordem, reparar os erros, consolidar as finanças e prestigiar a justiça. O seu patriotismo, a sua energia e a sua honestidade apareciam como sólidos alicerces das esperanças nêle depositadas.

Que era preciso seguir novos rumos na política do país saltava aos olhos dos menos cientes em questões sociais. Havia demasiada compreensão do centro e verdadeiro desprêzo pela vontade popular. O Poder Legislativo chegara a tal situação de descaso pelos seus deveres primordiais, que já não espantava a ninguém vê-lo passar o período das sessões vegetando na ociosidade ou dedicando-se a assuntos fúteis e votar por fim, nos últimos dias, tudo quanto o presidente dêle exigisse.

O Dr. Washington dedicou-se com afinco à questão financeira, pretendendo executar um plano que encontrou vários opugnadores. De acôrdo com êle, restringiu as despesas, e quase nada adquiriu para o Exército e a Marinha, apesar dos justos desejos destas duas instituições.

Nada obstante os erros porventura oriundos da sua solução do problema financeiro e de certos atos administrativos, é fora de dúvida que S. Excia. teria chegado ao fim do seu govêrno com relativa facilidade, poupando ao país um abalo excepcional, se não houvesse decidido intervir a todo o transe na indicação e eleição do seu substituto. Esta deliberação, revestida afinal dos caracteres de um verdadeiro capricho, acabou gerando a maior revolução que nunca se viu no Brasil.

Não lhe serviu de advertência o que já se tinha passado anteriormente com outros presidentes em idênticas situações. Não refletiu na gravidade excepcional do momento, quer no Brasil, quer no resto do mundo. Não compreendeu finalmente que a questão social se impõe com veemência nos dias que estamos vivendo, e que o melhor modo de resolvê-la é cuidando de manter a paz, pois só assim a solução definitiva promanará de uma evolução normal e não de uma agitação incoerente e perigosa.

Entre nós o problema ainda mais se agravava pela circunstância de não estarem extintos os ódios das derradeiras revoluções. Os derrotados e não anistiados guardavam de certo no fundo dalma um laivo de rancor e estariam prontos, à primeira voz, para de novo recorrer à violência.

Faltou ao Dr. Washington Luís o senso do estadista. Embora dotado de algumas qualidades de incontestável valor, deixou-se empolgar por sentimentos egoísticos, sempre funestos nessas oportunidades — acreditou que a violência equivalia à energia e que o fato de

o govêrno ceder denunciava fraqueza. Não se lembrou de que os homens são arrebatados pelas fatalidades humanas quando, ao envés de a elas se afeiçoar, procuram debalde resistir-lhes. E assim coube-lhe preparar o incêndio que o devorou.

No entanto bastava que se mantivesse sereno no seu pôsto, não favorecesse ou coibisse as violências feitas em seu nome ou com o seu apoio, e desse arras de que estava no firme propósito de guardar absoluta imparcialidade, para que o Brasil vencesse em perfeita calma aquêle penoso lance. Com essa atitude de sua parte, bem como com a serenidade politica dos chefes governistas, ter-se-ia afastado a tempestade; as modificações fatais em nosso estrutura constitucional e costumes politicos teriam brotado paulatinamente, sem apêlo à violência e, sobretudo, sem que ficassemos expostos aos inconvenientes de uma revolução, isto é, ao desencadeamento das paixões, à adoção de soluções políticas extremistas e inadequadas ao nosso meio e à nossa gente, e ao domínio momentâneo de certos aventureiros medíocres e gozadores, inevitáveis nessas crises, mas que depois da vitória cuidam sem demora de se aferrar às posições lucrativas e de realce.

Os sinais denunciadores de próxima revolução foram-se acentuando de dia para dia e atingiram caráter iniludivel com o assassinato do Dr. João Pessoa, presidente da Paraiba. A pressão revolucionária do ambiente subiu de modo repentino e ameaçador. Parecia que uma faisca elétrica havia atravessado a atmosfera politica. A vanguarda da Aliança Liberal, isto é, os Estados da Paraiba, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, vibraram de indignação, numa perfeita e nunca vista consonância de sentimentos.

Tudo isso repercutia dentro do Exército. A nossa instituição embora entregue à sua faina habitual, sentia o avizinhar-se de um cataclismo, a que provàvelmente não poderia subtrair-se.

Nesse período fui procurado por muitos camaradas que desejavam visivelmente trocar idéias comigo sôbre a situação. Aconselhei-lhes calma e respeito à ordem.

À medida que os acontecimentos se agravavam, crescia a inquietação dêles. Eu sentia que se me enfraqueciam os argumentos com que aspirava a convencê-los, tais os desatinos que o govêrno ia praticando, arrastado no torvelinho das paixões. Mas insistia na minha idéia. Isso — dizia-lhes eu — não impedia, antes reclamava que êles se conservassem atentos ao desenrolar dos fatos, para não serem colhidos de surprêsa, e que apertassem os laços da camaradagem. Só a perfeita união nos facultaria atuar com sabedoria na direção conve-

niente e no momento oportuno. E' nessas horas de crise que se patenteia a vantagem da unidade de pensamento e de sentimento no seio das fôrças armadas.

Liberavam as coisas nesse pé, quando fui procurado uma noite em minha residência pelos Drs. Lindolfo Color e Sérgio de Oliveira, ex-deputados federais pelo Rio Grande do Sul. As minhas relações com o primeiro eram um tanto superficiais, mas ao segundo ligava-me velha e profunda amizade. A visita a que aludo foi solicitada telefônicamente pelo Dr. Sérgio de Oliveira.

Recebi-os em minha sala de visitas. Depois dos cumprimentos habituais, tomou a palavra o Dr. Color e disse em resumo o seguinte:

Vinha participar-me, em nome do Rio Grande do Sul, que dentro em breve a Aliança Liberal desencaderia uma revolução contra o Dr. Washington Luis. O país estava cansado das suas violências, do seu desrespeito à Constituição e do seu absoluto desprêzo aos direitos dos brasileiros. Desiludidos de obter pelos meios pacíficos a supressão dessa tirania, ia recorrer a um meio extremo, como derradeiro recurso para recuperar a sua liberdade. Não vinha convidar-me para a revolução, nem eu era o homem a quem se dirigisse um convite dessa natureza. Vinha tão sòmente notificar-me o fato, pois sabia quais os meus sentimentos de estima pelo Rio Grande do Sul, onde eu residira alguns anos, e pelo seu partido republicano, em cujo seio contava amigos. A revolução tinha muitos adeptos na Capital Federal, inclusive no Exército, e contava com a ação dêles no momento adequado.

Respondi agradecendo a prova de confiança que me davam naquele momento, a qual eu estava longe de esperar, e sôbre que guardaria, como era de meu dever, o mais absoluto sigilo. Cumpria-me, porém, falar-lhes com tôda a franqueza.

Expendi então as minhas idéias com respeito aos movimentos revolucionários; para mim sempre entranhavam graves perigos. Confessei estar de acôrdo quanto às censuras dirigidas ao Dr. Washington Luís, sem dúvida o principal responsável pelo estado de inquietação e desconfiança em que nos encontravamos. Infelizmente êle enveredara por caminho escabroso e já causara grande males ao país. Mas uma revolução resolveria indubitàvelmente o problema? Eu já havia assistido a algumas e notado que elas levam por vêzes além do objetivo almejado — como um pêndulo que ultrapassa a posição de equilíbrio — obrigando a um recuo posterior e a eliminação de elementos que não puderam ser afastados no período de demolição, mas

com os quais seria impossível reconstruir. Já vira até casos em que os revolucionários de bôa fé e são patriotismo eram sacrificados com as primeiras vítimas dêsses aproveitadores. A situação apresentava de certo extrema gravidade, mas havia responsáveis secundários. Podiam todos os políticos, inclusive os do Rio Grande do Sul, provar com argumentos irrefutáveis, não haverem contribuido para ela? O próprio partido republicano dêsse Estado estaria a coberto de censuras? Não havia até bem pouco tempo apoiado o Dr. Washington? As minhas convicções, a minha meditação sôbre os acontecimentos sociais do meu país e o meu entranhado amor ao Exército e a minha pátria, faziam de mim um legalista. Não pactuaria com levantes armados, entre outras razões porque sabia de longa experiência as devastações duradouras que êles ocasionavam no seio das fôrças armadas.

O Dr. Color replicou:

Seria inútil e descabido naquele momento discutir êsses aspectos da questão. Quaisquer que fôssem os erros cometidos pelos políticos da Aliança, já nada adiantava relembrá-los: o momento era de ação e propício para resgatá-los, se acaso houvessem existido. O país ia reagir para reconquistar a sua liberdade. Não se tratava de um levante, mas de uma revolução nacional. Era o Brasil inteiro que se ia erguer, de armas nas mãos, para derribar os seus opressores e reentrar no caminho da legalidade.

Ainda discreteamos alguns momentos, cada qual no seu ponto de vista.

Afinal levantamo-nos. Já de pé, achei indispensável dizer mais o seguinte:

Não desejo que os Srs. saiam de minha casa levando a menor ilusão a meu respeito. Reitero quanto lhes declarei com absoluta lealdade. Sou contrário aos movimentos de rebelião contra a autoridade constituida. Se, porém, como os Srs. afirmam, em vez de um mero levante militar como os que já vimos nos últimos tempos, sobrevier uma revolução em todo o país, só lhes posso assegurar que não ficarei neutro, mas tomarei a atitude que o meu patriotismo me indicar.

E com estas palavras nos despedimos.

Os acontecimentos foram-se sucedendo com precipitação. Sôbre o que breve teria de acontecer, já não poderia subsistir nenhuma dúvida no meu espírito.

Afinal chegou o dia 3 de outubro de 1930 e com êle o grande abalo nacional de que eu havia sido prevenido.

Avaliei desde o primeiro instante tôdas as dificuldades que o govêrno teria de superar.

O movimento insurrecional brotara em vários recantos do país, obedecendo sem dúvida a um plano de conjunto serenamente elaborado e que começava a ser pôsto em obra com ardor e decisão. Equivalia a um incêndio violento ateado em zonas longínquas e cujas labaredas caminhavam ràpidamente, convergindo para a capital da República, no propósito iniludível de devorar o govêrno constituído.

Já sem simpatia na opinião pública, sobretudo por causa de sua atitude francamente parcial e das violências disfarçadas que havia praticado com Paraíba e Minas Gerais, no intuito de favorecer o seu candidato á presidência da República, achou-se o Dr. Washington Luís desamparado para uma célere e frutuosa resistência aos seus numerosos inimigos.

Houve disso vários sintomas. O mais eloquente foi a oposição tenaz das famílias à convocação dos reservistas da 1.ª Região Militar. Ninguém desejava que seu filho vestisse uma farda e fôsse morrer na linha de frente por um homem francamente divorciado dos interêsses coletivos. Não tendo simpatia pelo govêrno, não estando convencidos de que êle representava uma causa justa, senão que, ao revés, era o principal responsável pela revolução, como poderiam êsses pais resignar-se à idéia de ver seus entes queridos sacrificados numa luta cruenta aos caprichos de um presidente, sem dúvida digno e honesto, mas autoritário e desprevenido da mais leve visão política?

Ora, a vitória na guerra assenta particularmente nos fatôres morais. Se a nação não na quer, se a consciência coletiva não na aprova, se paira em todos os lares a resistência ao conflito armado, embora mais ou menos dissimulada, pode-se logo prever ser impossível que as tropas permanentes logrem colher sòzinhas a vitória, pois todo o esfôrço militar nesses lances assenta na coletividade, de que essas tropas devem ser a expressão incontrastável em todos os sentidos.

Ninguém ousaria negar a falta de entusiasmo do Exército pela defesa do govêrno. Êle sentia-se cansado dos movimentos de rebeldia ocorridos nos últimos anos e sabia ser sempre a principal vítima no ajuste de contas; por isso desejava sinceramente que a ordem prevalecesse, levado inclusive dos sentimentos de classe, pois só assim poderia trabalhar e progredir; mas não nutria o mais leve entusiasmo pelo govêrno naquele transe, visto compreender que recaía sôbre êsse mesmo govêrno a maior parcela de responsabilidade pela situação em

que nos debatiamos. A história demonstrará no porvir que a maioria dos oficiais que se mantiveram leais ao govêrno, assim procederam por principio e não por simpatia ou adesão à politica governamental; êsses camaradas deixaram-se sacrificar em holocausto a uma doutrina profissional e nunca a uma politica ou a um homem.

Convém ainda salientar outra circunstância momentânea: a nossa instituição atravessava um periodo em que periclitava a sua coesão. O ministro da Guerra não soubera inspirar-lhe essa simpatia irresistivel que consubstancia num chefe todo o sentir coletivo. Em meu humilde conceito faltou-lhe certo tato, indispensável no exercicio de tão elevada função, e só êle lhe facultaria, sem fugir ao seu programa como ministro, manter vivaz o devotamento à autoridade. Vira-se isso nitidamente no seu desejo de fazer passar pela tropa certos oficiais que dela permaneciam afastados há muito tempo. A idéia era excelente e devia ser posta em prática, mas para isso convinha atuar com reflexão, levando na devida conta os interêsses do ensino e dos Estados Maiores, e sem qualquer laivo de sentimento pessoal. Logo aí se geraram suspeitas de prevenções, hostis à comunhão de sentimentos que deve existir entre os quadros e o chefe supremo da instituição.

Não contesto que em geral os nossos ministros da guerra abandonam o pôsto deixando após si forte corrente de antipatias, formada particularmente por quantos se viram contrariados em suas pretensões. Mas, quando o ministro egresso foi de fato um bom ministro, cuidou realmente dos interêsses do Exército e do país, e suas obras ficaram visíveis, materializadas, ninguém se atreve a desconhecê-las, todos as proclamam e até nelas se estribam para lhe perdoar certos erros, que acaso tenha cometido. Exemplo típico dessa verdade foi o ministro Dr. Pandiá Calógeras.

Infelizmente estou firmemente convencido de que o general Nestor Sezefredo dos Passos, apesar de suas qualidades pessoais, inclusive de sua honestidade e amor à profissão, não grangeou a simpatia da maior parte de seus camaradas, antes perdeu quase tôda a confiança, que muitos nêle depositavam.

As notícias que vinham chegando, à medida que os dias passavam, eram cada vez mais desanimadoras para a estabilidade do govêrno. Depois de o Rio Grande do Sul se haver rebelado contra o presidente da República, o exército revolucionário nêle constituído movia-se em direção ao norte, a fim de cooperar com os correligionários de Santa Catarina e Paraná. Ao cabo de alguns dias, ninguém mais poderia duvidar de que êsses três Estados, já convulsionados e dirigidos pela revolução, tomavam a ofensiva contra o Estado de São Paulo. Na região septentrional do país os governos, e com êles as situações do-

minantes, iam baqueando como um baralho de cartas dispostas em posição vertical e submetido a levíssimo sôpro. Minas Gerais inteira reagia com tal unidade e vigor, que imobilizava as unidades da 4.ª Região Militar, empecendo-a de grupar-se prèviamente de modo racional para a luta a que a provocavam. No Estado do Rio de Janeiro era indiscutível a existência de fortes contingentes revolucionários.

A situação geral do país apresentava-se, pois, sob aspecto sombrio.

Teria o govêrno elementos suficientes para resistir às fôrças com que a revolução o ameaçava em várias direções?

Ser-lhe-ia ainda possível manobrar em posição central, resistindo em certos setores e concentrando o esfôrço principal no que lhe proporcionasse, em caso de vitória, as maiores vantagens táticas e estratégicas?

A falta de reservas para alimentar uma luta dessa amplidão, e de que jamais fôra teatro nosso país, estava patente aos espíritos menos observadores e abalisados. O govêrno limitou-se ao que lhe era dado fazer naquela emergência: deixou a 2.ª Região e a 4.ª quase entregues a si mesmas. Mais tarde tentou reforçar esta última com um destacamento tirado da 1.ª Região. Começou a concentrá-lo em território mineiro, mas não pôde levar a cabo a sua idéia. Da tropa que o devia constituir, só dois batalhões chegaram à zona de reunião inicial e passaram logo, como reforço, para a jurisdição da 4.ª Região.

Entrementes persistia a inquietação de inúmeros camaradas do Exército. Alguns continuavam a procurar-me, sem dúvida desejosos de ouvir o meu parecer desapaixonado. Eu refletia com êles sôbre os eventos que se estavam produzindo. Sem poder ocultar-lhes o meu estado de espírito, francamente apreensivo, aconselhava-lhes serenidade e a continuação, em vista das incertezas do porvir, do trabalho de coesão a que se tinham dedicado; ao mesmo tempo chamava-lhes a atenção para a necessidade de não participarem em rebeldias locais e desarticuladas, pois nada adiantariam e, provàvelmente, agravariam ainda mais a situação.

Estavamos todos de acôrdo que à parte do exército não revoltada poderia tocar dentro em pouco papel relevante no desenlace dos acontecimentos. Se o govêrno não fôsse logo vencido, a secessão de alguns Estados seria fatal; três pelo menos — Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná — formariam um bloco homogêneo e resistente, capaz de enfrentar por longos meses, e até por anos sucessivos, as ofensivas governamentais. Talvez o norte também conseguisse manter-se lutando por dilatado período de tempo. Nessas condições nós,

que estavamos no foco central, ainda poderiamos ser úteis ao país, contribuindo para a sua volta á tranquilidade. Esta esperança de pacificação seduzia-nos a todos.

Convém referir que de há muito me parecia estranhável o procedimento dos nossos ministros militares, particularmente o do general Nestor.

Seria possivel que não percebessem a gravidade da situação?

Por que então não usavam de franqueza com o presidente, advertindo-o dos perigos que o ameaçavam?

Essa atitude deveria ter sido a dêles antes da abertura do conflito, mas depois dela tinha ainda mais cabimento.

Eu nutria a convicção de que, se êsses dois ministros houvessem sido francos com o Dr. Washington Luis logo que êle começou a empenhar-se a fundo na luta eleitoral, e se por fim, diante da sua resistência, houvessem provocado uma crise renunciando as respectivas pastas, o presidente, medindo a grandeza do abismo que se lhe abria sob os pés, teria porventura mudado de orientação. O grande mal proveio de êle acreditar, animado pela colaboração dos sobreditos ministros, que a fôrça pública o apoiava incondicionalmente, que ela bastaria para sufocar a Nação, e que, por conseguinte, lhe dava inteira liberdade para executar os seus caprichos.

Dir-se-á: mas os ministros militares não viam o problema dessa maneira; achavam que o presidente tinha razão e por isso apoiaram-no até o fim.

A objeção é ponderável. Mas teria sido essa a determinante real do procedimento dêles? Então, foram ambos vitimas da falta de descortino.

O sucumbirem juntamente com seu chefe muito os enobrece, mas — repito — fica sempre a dúvida sôbre se a tormenta não os colheu de surpresa, no tocante á sua amplidão e intensidade.

A mim me acudiu em certo momento a seguinte idéia: já que os ministros militares não eram francos com o presidente, o quadro de generais poderia sê-lo. Um dêles, em nome dos demais, poderia procurá-lo, abrir-lhe os olhos sôbre a situação e fazer um apêlo decisivo ao seu patriotismo. De certo o processo era irregular, fora dos moldes da disciplina, mas a crise apresentava tal gravidade, que êsse minimo seria tolerável desde que não houvesse ameaças, nem manifestos, e sim mera conversa amistosa e reservada. Se o presidente continuasse na sua cegueira, tôda a responsabilidade pelo que sobreviesse recairia sôbre êle.

Durante êsse período, só conversei com um colega, o general João de Deus Mena Barreto, relativamente à situação. Saimos juntos da igreja da Candelária, depois de ouvir a missa por alma do general Wanderley. Por convite dêle, percorri um trecho do meu caminho de regresso à casa em seu automóvel. Chamei-lhe a atenção sôbre a gravidade do momento, a necessidade de estarmos prevenidos e os perigos que nos ameaçavam. O general ouviu-me, mas não se manifestou. Iam conosco no automóvel dois de seus filhos — o 1.º tenente Waldemar Mena Barreto e Paulo Emílio Mena Barreto — os quais de certo escutaram as minhas observações.

Oficiais meus amigos mantinham-se em ligação com o general Leite de Castro, que eu não via desde que deixara o Estado Maior e com quem só vim a conversar no palácio do Catete na noite de 24 de outubro. Soube assim qual o ponto de vista dêste camarada e êle, por seu lado, naturalmente, também ficou inteirado do meu.

Logo que o então coronel Klinger se pôs em contacto com o grupo que havia tomado a dianteira na coordenação dos elementos capazes de intervir futuramente na Capital Federal, em prol de uma pacificação tive disso conhecimento por oficiais amigos.

Mantive-me no meu ponto de vista, que todos conheciam, e que eu não tinha no momento razão nenhuma para modificar.

Devo todavia confessar, com a máxima lealdade que de há muito se vinha travando em minha alma uma grande luta.

Pouco a pouco fui-me convencendo de duas coisas:

1.º) de que o govêrno não poderia suplantar o movimento revolucionário, em vista sobretudo de sua extensão; faltavam-lhe para isso os elementos materiais e morais indispensáveis;

2.º) de que irromperia fatalmente na Capital Federal um movimento militar tendente à pacificação, o qual se traduziria pela deposição do Dr. Washington Luís.

Que deveria eu fazer? Que procedimento me ditava o meu patriotismo? Qual era, em suma, o meu dever?

E' claro que eu poderia isolar-me, permanecendo quieto onde me encontrasse. Assim procedendo, ficaria coerente com o princípio geral de respeito à autoridade, que eu havia adotado. Isso, porém, que seria uma satisfação para a minha vaidade, de nenhuma maneira me tranquilizava o espírito, antes se me afigurava um ato de covardia moral. A coragem não está na passividade egoística. A virtude sempre se traduz por um esfôrço sobre nós mesmos em favor de outrem.

Deveria apresentar-me ao govêrno para defendê-lo?

E' claro que não, em vista dos motivos já explanados. Sucumbir com êle seria tornar-me solidário com seus erros e negar ao país o direito de decidir por si mesmo dos seus destinos.

Se, porém, accedendo ao apêlo de camaradas, eu cooperasse na solução pacificadora, não ficaria em condições de prestar um pequeno serviço ao meu país e à minha classe?

Em vez de deixar que o sangue corresse e se completasse a dissociação de todo o Exército, não seria melhor poupar a sua grande fração ainda incólume e auxiliar a volta da paz, para que a revolução incontestàvelmente vencedora, pudesse realizar calmamente o seu programa?

Eu não era positivamente um revolucionário, além do mais, em virtude de minha função social; sempre pregara em conversa com os amigos e publicamente, a necessidade de se evitarem as rebeliões. Com a experiência de que dispunha, não se me tornava difícil prever os inconvenientes que uma revolução em geral acarreia. Ela coordena todos os esforços demolidores que se lhe oferecem e depois vê-se obrigada a despender largo tempo para afastar os maus elementos.

"A fatalidade das revoluções — escreveu Joaquim Nabuco — é que sem os exaltados não é possível fazê-las e com êles é impossível governar".

Mas nada disso dependia de mim; os inconvenientes apontados seriam fatais, por constituirem o apanágio das revoluções vitoriosas.

Assaltava-me ainda esta reflexão: se a ação pacificadora fôsse conduzida por nós, generais, não seria mais fácil conservar a disciplina da tropa, manter a ordem social, coibir os abusos e evitar as vinditas pessoais num ambiente em que as paixões haviam chegado ao auge?

Deveria, por amor à vaidade, recusar êsse sacrifício às minhas convicções?

Seria admissível esquivar-me nesse lance, para que era solicitado, quando qualquer sacrifício de minha parte redundaria não em proveito meu, mas do meu país?

Volvi a imaginação para o passado. Revoquei à memória a proclamação da República. Soldado da monarquia, revoltei-me contra ela e ajudei, embora humildemente, a implantação do novo regime.

Que me inspirara nessa conjuntura?

Minhas idéias e meus sentimentos.

Embora muito moço (contava apenas 20 de idade), já meu espírito se deleitava na meditação dos problemas sociais. A instrução científica que a Escola Militar me proporcionava, sobretudo no domínio matemático, ensinara-me a Lógica e pusera-me em contacto mental com pensadores como Augusto Comte. A evolução humana me aparecia, nas suas linhas fundamentais, como obedecendo a uma legislação especial traçada pela Sociologia. Atividade, inteligência e sentimento obedeciam a leis incontrastáveis.

Destarte tornei-me espontâneamente um abolicionista.

Não podia admitir, sob nenhum pretexto, a escravidão no meu país. Dei quanto estava em mim para que nos libertassemos dessa vergonha. Também se me arraigara no pensamento a convicção de que a monarquia era no Brasil um regime politico transitório, que dentro em breve teria de desaparecer. Ajunte-se a estas representações mentais a influência moral e intelectual do meu incomparável mestre Benjamin Constant Botelho de Magalhães, e logo se descobrirá sob que aspecto promissor de grandes esperanças o porvir me atraia de longe.

A minha inexperiência levou-me ingenuamente a acreditar que novos *nomes* gerariam novas *coisas* e a prestar às acusações levantadas contra Dom Pedro II, e muitos de seus auxiliares, confiança maior do que na verdade mereciam. Porém tudo isso fugia para a penumbra; dominava, apenas, o meu entusiasmo sincero e o meu ardor social.

Fiz-me rebelde por amor do Brasil e na crença irredutível de que a supressão da monarquia não era fruto do capricho dos homens, senão que obedecia a uma sentença inapelável da evolução humana.

Para dar arras da minha sinceridade, nada aceitei da República. Eleito deputado à Constituinte, renunciei a honra, depois de reconhecido. Nomeado a contragosto, por Floriano Peixoto, intendente de obras da Municipalidade, exerci a função durante poucos meses, enquanto não a pude abandonar, e sem nunca haver tocado nos vencimentos municipais a que tinha direito. Protestei, com muitos outros camaradas, contra tudo quanto pudesse macular a pureza de nossas idéias. Associei-me sem hesitar aos que protestaram contra o aumento de sôldo e as promoções por serviços relevantes.

Apesar dos erros que a República cometeu por intermédio de politicos que não souberam servi-la, e da serenidade que meu espirito adquiriu prosseguindo na meditação dos fenômenos sociais, ainda não me arrependi um instante do meu procedimento a 15 de novembro de 1889.

Mas, a partir daí, nunca mais pratiquei nenhum ato que não fôsse tendente a prestigiar a legalidade. Fugi das agitações politicas

como quem foge de um dissolvente cativante e destruidor. Em cada caso particular sopesei as circunstâncias para me decidir e sempre adotei a solução que se me afigurava suscetível de causar os menores tropeços ao meu país. Julguei melhor não cooperar em levantes parciais, cuja finalidade fôsse entregá-lo aos militares, desviando-os da sua missão. Reconheci por vêzes a justeza de críticas feitas a erros do govêrno, mas que me pareciam sanáveis com o decorrer do tempo e sem apêlo à indisciplina das fôrças armadas. Resisti quanto pude a me deixar dominar por essa mentalidade de certos camaradas, que se julgam monopolizadores da verdade, tipos invejáveis de incomparável pureza, e predestinados a conduzir o país a melhores destinos. Conheci alguns sem nenhum amor à profissão e que se não cansavam de chamar *miseráveis* e *janízaros* aos que dêles divergiam, pensando conseguir mais fàcilmente o seu objetivo alçando-se sôbre os destroços da reputação dos camaradas.

Em 1930 o problema tomava outro aspecto para os militares: a agitação explodia em tôda a parte, pondo-os em face de uma verdadeira comoção ou revolução nacional como jamais tinham visto.

Minha consciência me bradava não ser justo que o Exército e a Marinha se aferrem à defesa de um govêrno que a Nação já não suporta, ajudando-o a impor-lhe a sua vontade. A fôrça armada é servidora desta e não daquele.

Indubitàvelmente grande dificuldade se antolha aos militares na percepção do momento decisivo em que se devem recusar a servir como instrumento de opressão. Não lhes é possível passar a vida fiscalizando os atos dos diferentes poderes, nem isso seria compatível com os seus deveres. Só lhes resta, pois, buscar inspirações, quando necessário, nos seus sentimentos mais nobres e na sua cultura. E' assim pelo menos que tenho procedido e sempre procederei. Meu lema é o verso de Domingos de Magalhães que lhe exorna a sepultura:

"Nada por mim, por minha Pátria tudo"

Estou sem dúvida exposto a cometer erros, mas não por egoísmo. Santo Ambrósio, profundo conhecedor da alma humana, proclamou com sabedoria:

E' a intenção que caracteriza as ações humanas e as valoriza.

Tal era o meu estado de espírito quando, cêrca das 11 horas da manhã de 23 de outubro de 1930, se apresentou em minha casa o meu

camarada e amigo general João de Deus Mena Barreto, em companhia de seu filho Paulo Emílio Mena Barreto.

Vinha dizer-me, o que eu aliás sabia, já se acharem articulados todos os elementos necessários à pacificação do país mediante a deposição do presidente. Estava ao corrente de minhas idéias. Esperava, pois que eu me associasse ao movimento. Já contava com alguns generais. Mostrou-me uma intimação que deveria ser entregue ao Dr. Washington e uma espécie de ordem de operações para as tropas da guarnição.

Como era a primeira vez que êle me falava sôbre êste assunto, e apesar do que me havia dito, achei indispensável explicar-lhe em resumo o meu ponto de vista. Declarei-me afinal pronto a dar êsse passo decisivo, na esperança de ser útil ao meu país e quaisquer que fôssem as consequências supervenientes. Já que o movimento explodiria fatalmente, mesmo que nós, generais, não o capitaneassemos, eu achava conveniente que lhe tomassemos a direção, pois destarte haveria maior segurança da disciplina e da ordem pública. Afirmei que caso êle fôsse vitorioso, assumia o compromisso formal de não aceitar nenhum pôsto fora da profissão, entre outras razões de pêso, porque não desejava que a nomeação para êle pudesse ser interpretada como recompensa da minha insignificante colaboração. Ponderei ser de vantagem enterdermo-nos com todos os generais antes do ato de rebeldia. O general Mena Barreto pediu-me que me encarregasse dessa tarefa. Prometi conversar sem demora com os demais colegas nesse sentido. Opinei depois que convinha dar outra redação ao documento destinado ao presidente. Achava que, ao invés de intimá-lo logo, seria preferível fazer um apêlo aos seus sentimentos patrióticos para que abandonasse o seu pôsto. O general Mena Barreto concordou. Autorizou-me a introduzir no texto a alteração lembrada. O novo documento poderia ser entregue mais tarde a seu filho Paulo Emílio, que nos ouvia, e que iria esperar-me no café da esquina da Avenida Rio Branco com a rua da Assembléia. Expendi a seguir algumas reflexões oportunas sôbre a ordem de operações. Em vez de uma atitude passiva, teríamos fatalmente de cobrar com energia e rapidez; sem isso o govêrno não se submeteria e nos arriscavamos a perder muito tempo. Em todo caso — ajuntei — a ordem pode ficar de pé, porque atuaremos de acôrdo com as circunstâncias.

Creio que a nossa entrevista durou cêrca de uma hora.

Depois que êle saiu, copiei o documento destinado ao presidente, fazendo-lhe a alteração que havia sugerido, e dirigi-me à Avenida Rio Branco, onde o entreguei ao Sr. Paulo Emilio Mena Barreto, no local convencionado.

Encaminhei-me em seguida para o Estado Maior do Exército. Passei ali parte da tarde na 5.ª Seção, aonde costumava ir com freqüência, a fim de consultar livros na biblioteca, ou examinar cartas da mapoteca, utilizáveis na História da Guerra do Paraguai, que eu estava escrevendo.

De acôrdo com o que eu havia prometido, fui logo procurar o meu particular amigo general Alexandre Leal, chefe dessa repartição. Antes mesmo que eu abordasse francamente o assunto e só desconfiado dêle, tomou êsse camarada uma atitude decisiva, afirmando que estava ao lado do govêrno, que aí permaneceria e que eu não lhe contasse nenhum segrêdo, pois iria sem detença revelá-la a quem de direito.

Ainda me avistei com os generais Teles e Aranha. Aquêle estava francamente solidário com o movimento; êste, apesar da rápida conversa que entretivemos, deu-me a impressão de compartir das mesmas idéias.

Conversei com dois outros generais de brigada. Ambos me declararam achar justificado o movimento, em vista dos erros do govêrno, mas acrescentaram que não abandonariam as suas funções por lealdade para com os seus respectivos chefes (Malan e Vasconcelos).

Nesse dia só pude ver um general de divisão, o meu velho amigo e distinto camarada general Azeredo Coutinho, comandante da 1.ª Divisão. Para isso tive de procurá-lo em sua residência, a que se recolhera a fim de repousar durante alguns momentos. Êle ouviu as coisas gerais e resumidas que lhe disse rápidamente, e depois declarou, com aquela nobreza que lhe é peculiar, compreender perfeitamente a situação; seu dever, porém, era conservar-se leal à autoridade que lhe havia confiado um elevado pôsto de comando. Sabia o destino que o aguardava, mas não se desviaria da sua rota.

Recolhi-me à casa já um pouco tarde, decidido a prosseguir os meus trabalhos no dia seguinte.

Nessa mesma noite de 23 de outubro, recebi a visita de um camarada e amigo, que me procurou com o intuito visível de orientar-se. Pouco conversamos.

Depois das 10 horas, quando ia recolher-me ao leito, bateu-me à porta o meu amigo Benjamin Rangel. Viera, em um automóvel de sua propriedade, dizer-me que o general Mena Barreto já estava no Forte de Copacabana e ali me esperava.

Tive certa surpresa com essa notícia, pois contava com uma demora de, pelo menos, 24 horas para realizar o que tinha combinado, e

achava por outro lado não ser o Forte de Copacabana o lugar mais adequado naquele momento para a instalação de um Pôsto de Comando. Mas refleti que, se o general Mena Barreto havia precipitado o movimento, baseara-se de certo em razões de grande pêso. Não hesitei, pois, em ir-lhe ao encontro. Disse a Benjamin Rangel que iria fardar-me e estaria pronto dentro de alguns minutos. Êle respondeu que os aproveitaria para desempenhar outra missão e depois regressaria para levar-me ao Forte. Veio de fato. Trazia consigo os majores Francisco Gil Castelo Branco e Valentim Benicio da Silva.

Encaminhamo-nos cautelosamente para o dito Forte, percorrendo ruas afastadas da praia (1).

Conversei com o general Mena Barreto, que me explicou não ter sido possível demorar por mais tempo a eclosão do movimento, e que êste já estava em execução, de acôrdo com a ordem que me havia mostrado na véspera. Acrescentou que me competia dirigir tudo, sem dúvida (se não pensava em outras razões) por ser eu general de divisão mais antigo do que êle. Mostrei-lhe a desnecessidade disso; a operação iria ter um desfecho rápido, qualquer que êle fôsse, e, como nos encontravamos ao lado um do outro, poderiamos proceder sempre de perfeito acôrdo.

A guarnição do Forte desenvolveu grande atividade com o intuito de prepará-lo para os próximos acontecimentos. Seu comandante, capitão Pradel, e os oficiais que o secundavam, dentre os quais cumpre salientar o 1.º tenente Orlando Rangel pelos esforços e pelo ardor que desenvolveu em tôda a fase preliminar do movimento, multiplicaram-se para atender ao serviço e aos vários camaradas que vinham chegando com o fito de se associar à defesa da posição. O comandante do setor, coronel Manuel Correia do Lago, mantinha-se em seu pôsto, também providenciando, e guardava contacto conosco.

Tomaram-se medidas para a defesa aproximada do Forte, a vigilância dos dois tuneis que dão acesso à praia de Copacabana e a ação harmônica com o Forte do Vigia.

O major Francisco Gil Castelo Branco ficou ao nosso lado, exercendo as funções de chefe do Estado Maior enquanto não chegasse o coronel Klinger.

O major Valentim Benício foi ao Ministério da Guerra em busca de informações. Regressou com a notícia de que já ali se sabia do levante.

---

(1) Não consultei o relógio. Paulo Emilio Mena Barreto informa que cheguei às 11 horas e 42 minutos da noite.

O 1.º tenente Tamoio foi encarregado de estabelecer ligação com o 3.º R. I.

Ao amanhecer, informou-me o coronel Correia do Lago que obtivera ligação telefônica com o general João Gomes Ribeiro. Aproveitei-a. Falei com êsse general; expliquei-lhe o intuito do movimento e fiz um apêlo ao seu patriotismo. Depois procedi da mesma forma e nas mesmas condições com o general Azevedo Costa, então comandante da 4.ª Região Militar.

Em momento que não posso precisar bem, o capitão Peri Bevilaqua, que chegara ao Forte depois de mim, disse-me achar conveniente dar-lhe eu uma cópia da intimação que escrevera na véspera e entregara pessoalmente ao Sr. Paulo Emílio Mena Barreto na Avenida Central, conforme havia combinado em minha casa com o general Mena Barreto. Embora me parecesse não ser isso necessário, reproduzi de memória o documento e é o que apareceu na Imprensa como tendo sido firmado no Forte de Copacabana.

Cêrca das oito e meia da manhã, apresentou-se no Forte o 1.º tenente Paiva Chaves. Vinha comunicar, da parte do general Alfredo Malan d'Angrogne, que êste camarada estava pronto a colaborar conosco. Decidiu-se que êle fôsse assumir o comando do 3.º R. I. e da Fortaleza de São João.

O general Malan cumpriu essa determinação. Dirigiu-se ao 3.º R. I. e assumiu o seu pôsto. Encarregou o coronel José Pessoa de pôr-se à testa do grupamento formado por essa unidade e os numerosos civis que a ela se tinham agregado. Depois foi à Fortaleza de São João. A seguir encaminhou-se para o Forte de Copacabana, onde conferenciou comigo e com o general Mena Barreto, regressando sem demora para junto das tropas cuja direção lhe havia sido confiada. Recebeu a missão de marchar para o palácio Guanabara e de ocupá-lo.

Às 9 horas da manhã, deu-se a salva prevista. Mais tarde um avião deslisou baixo sôbre o Forte e deixou cair uma mensagem com boas notícias sôbre a situação na Vila Militar.

Lembrei-me de que seria conveniente informar o Dr. Getúlio Vargas, chefe da revolução, dos acontecimentos que se estavam desenrolando na capital. Pedi ao major Castelo Branco que fôsse em busca do Dr. Thompson Flores, meu vizinho, que eu sabia manter boas relações com o Dr. Getúlio e a quem eu não prevenira de minha atitude, e o trouxesse à minha presença, o que êle fêz. Encontrou-o em casa do general Andrade Neves e trouxe-o consigo ao Forte, onde conversamos ligeiramente, explicando-lhe eu os fatos ocorridos e a

vantagem de ser o Dr. Getúlio informado sem demora do passo que havíamos dado.

O tempo corria sem que o percebessemos.

Apresentou-se no Forte o capitão Aristóteles de Lima Câmara e preveniu-nos de que a cidade estava sendo saqueada e os jornais governistas incendiados. A seguir apareceu num automóvel um grupo de oficiais. Dois pertenciam à Polícia Militar; o mais graduado era o major Artur Soares. Vinham participar-nos, da parte do general Arlindo, comandante da referida Polícia, que esta aderia ao Exército e por isso não o hostilizaria.

Em vista da urgência de manter a ordem na cidade, resolvemos — eu e o general Mena Barreto — dirigir-nos para lá; destarte também ficaríamos mais perto do general Malan e poderíamos seguir melhor a operação que êle devia estar executando.

Deixamos o Forte em um automóvel, levando conosco o major Castelo Branco e o capitão João Carlos Barreto.

Alcançamos ràpidamente o começo da praia de Botafogo.

Achamo-la literalmente apinhada de tropa e de povo. Era dificílimo romper pela multidão. Reinava confusão e vozerio indescritíveis. O 3.º R. I., em marcha para o palácio Guanabara, desaparecia no meio de paisanos armados com fusis dessa unidade, e de curiosos que o envolviam e lhe embaraçavam os movimentos. Era de desanimar aquela balbúrdia! Com semelhante mole de povo seria impossível qualquer ação militar eficiente.

Vencendo grandes dificuldades, logramos chegar à esquina da rua Farani. Ali apeamo-nos e pusemo-nos em contacto com o general Malan. Perguntamos-lhe qual a situação no Guanabara. Respondeu-nos que esperava as comunicações de um agente de ligação ou, melhor, de um observador que para lá enviara. Contou que, recorrendo ao aparelho telefônico de uma casa da praia, buscara falar com o Guanabara sem conseguí-lo. Entrei na referida casa e fiz nova tentativa com o mesmo infrutuoso resultado.

Achamos indispensável e urgente pôr ordem na tropa e nos civis, sobretudo no 3.º R. I., cuja testa do grosso já havia atingido o mesmo ponto em que nos encontravamos.

O coronel José Pessoa, que vinha com essa unidade, não poupou esforços nesse sentido. Urgia disprender o regimento, única unidade

regular de que dispunhamos no local, apertar-lhes os laços táticos e tê-lo pronto para enfrentar qualquer situação por mais grave que fôsse.

Entretanto continuavamos na ignorância do que se passava no Guanabara. O agente de ligação não regressava.

Compenetrado da situação militar e apreciando-a com a devida calma, achei que não deviamos penetrar às cegas pela rua Farani (em coluna de marcha e escoltados nos flancos por civis, que formavam uma massa inquieta) sem saber com antecipação o que adiante se nos depararia. Algumas metralhadoras postadas na rua, do lado de fora do gradil do Guanabara, seriam suficientes para pulverisar a coluna atacante, se ela atuasse contràriamente aos preceitos da arte. Mas o tempo escoava inflexivel. A multidão bramia. Tornava-se quase impossivel comandar.

Por que não voltava o agente de ligação do general Malan?

Hoje sabemo-lo bem. Êsse agente era o tenente Paiva Chaves, que fizera do lado de fora do palácio, isto é, na rua, todo o esfôrço possivel para que lhe abrissem um dos portões do gradil, a fim de conhecer a situação no interior, sem todavia nada conseguir.

Nessa fase achou o general Malan que não devia esperar mais para cumprir a sua missão e avançou com o 3.º R. I., sob a direção do coronel Pessoa, unidade a cuja frente eu e o general Mena Barreto também nos colocamos.

Assim, em forma de torrente humana, embora com velocidade cautelosa, percorremos a rua Farani, e, passada a curva que a liga à rua Pinheiro Machado, acercamo-nos do palácio Guanabara.

Vimos de longe grande ajuntamento de povo em frente dêle. Aproximamo-nos. Fizemos ligeiro alto. Os portões estavam fechados. Prosseguimos. O coronel Araripe de Faria, que me acompanhava, adiantou-se e foi até um dos portões — o mais vizinho do corpo da guarda do palácio. Afinal chegamos até lá no momento em que êle se abria para dar-nos passagem. Enfrentei-me logo com o tenente-coronel Carlos Reis, que comandava a fôrça de polícia encarregada da defesa da residência do presidente e que nos recebeu com vivas demonstrações de confraternização. Penetramos no jardim. Estava repleto de tropa. Dirigimo-nos à entrada do edificio, no seu flanco direito. Subimos a escada principal. Em cima buscamos pôr-nos em contacto com o general Teixeira de Freitas, chefe do Estado Maior do Presidente. Disse-lhe que desejavamos falar pessoalmente, e com a máxima urgência, ao Dr. Washington Luis. O general pediu-

nos que esperassemos um instante enquanto êle ia procurar satisfazer o nosso desejo. Ficamos assim algum tempo, de pé, na área de que a escada se desprende. Os individuos que ali se encontravam sem dúvida amigos do presidente, cravavam-nos olhares de animosidade. Duas ou três vêzes voltou o general Teixeira de Freitas e, sempre que lhe perguntavamos pelo presidente, respondia-nos que tivéssemos paciência e esperassemos um pouquinho. Começamos assim a impacientar-nos. Por que não acedia o presidente a receber-nos? Tomamos então a deliberação de penetrar na 1.ª sala, onde nos pareceu que funcionava a secretaria; depois passamos para uma segunda sala ou antes corredor, em que havia um canapé. A situação continuava imutável. O general Mena Barreto e o general Malan resolveram sentar-se. Fiquei de pé. Afinal, fatigados de esperar e vendo que não lograriamos avistar-nos com o presidente pelas normas da boa educação, convidei os dois companheiros a entrar sem mais delongas. E assim fizemos. Passamos afoitamente a uma sala contigua, onde havia alguns cavalheiros, e depois a outra. Ali o presidente se nos deparou de pé, ladeado de seus ministros. Aproximamo-nos dêle.

Quem me conhece de perto e sabe o meu amor à profissão, o meu culto à disciplina e o meu apêgo à ordem, pode avaliar a batalha que se travou em minha alma naqueles poucos instantes em que nos defrontamos com o Dr. Washington Luis. Precisei de reunir tôdas as minhas energias e de inspirar-me no desejo exclusivo de ser útil à minha Pátria e à minha classe, sem o minimo laivo de ambição. Pressenti logo o amargor do ódio que me votariam todos quantos se julgassem contrariados em seus interêsses ou paixões politicas.

Como eu acreditava que o presidente já tivesse recebido o nosso apêlo e como, por outro lado, julgava inconveniente e positivamente inútil qualquer discussão naquele lance, resolvi limitar-me a poucas palavras.

Disse-lhe que êle de certo compreenderia o nosso pesar de sermos obrigados a assumir aquela atitude, mas que ela nos era imposta pelo nosso patriotismo. E acrescentei que naquele momento só uma coisa me preocupava: a vida dêle.

A isso o Dr. Washington replicou com altivez e dignidade: *pois é a única coisa que me não preocupa.*

Compreendi de relance o seu estado de espirito em face do que estava ocorrendo e as dificuldades com que teríamos de lutar para afastá-lo de palácio.

Repliquei por minha vez: *Se V. Excia. não quer submeter-se, ficará responsável pelo que lhe suceder.*

A seguir abandonamos a sala e fomos para a parte térrea do edifício.

A situação tomava um aspecto que não esperavamos.

Que devíamos fazer em vista da recusa do Dr. Washington em submeter-se?

O movimento estava vitorioso e o presidente despojado do seu cargo. Mas como afastá-lo dali se êle não consentia em obedecer-nos? Arrancando-o pela fôrça? Arrastando-o contra a sua vontade? Porém é óbvio que isso iria ocasionar um verdadeiro tumulto. Dada a excitação dominante no momento e a multidão heterogênia que havia no jardim, quem poderia impedir que a notícia da resistência do presidente e o seu afastamento pela violência não aumentassem as paixões e desencadeassem agressões materiais a êle, às quais não poderiamos pôr freio? Um tiro isolado bastaria para desencadear um conflito, cujas proporções e desenlace ninguém poderia prever naquela atmosfera escaldante de hostilidade ao Dr. Washington Luís.

Ora, a conservação da vida do presidente, a sua saída de palácio com tôdas as garantias, constituíam para nós questão capital. O movimento da guarnição do Rio só tinha como escôpo a pacificação e nunca a vingança ou o desejo de conquistar proventos materiais. Nessas condições tinhamos de examinar a situação com serenidade e buscar-lhe uma solução rápida no sentido de nossas idéias. Nada havia, porém, mais difícil do que isso naquela conjuntura. O jardim de palácio fôra invadido por uma multidão. Dispunhamos sem dúvida de tropas do Exército e de polícia, mas ao lado delas estavam inúmeros civis, a maioria, se não todos, armados com armas de guerra. Sem obedecer a nenhuma ordem, nem guardar nenhuma formatura, andavam de um lado para outro na inquietação que um drama dêsses sempre desperta. Cercavam-nos curiosos de ouvir-nos e destarte não nos deixavam deliberar isolados. Quando iamos para uma sala, a fim de conversar, eramos seguidos de grupos, que logo enchiam o local. Houve um momento em que um grupo numeroso de populares logrou transpor um dos portões do gradil externo e penetrar ameaçador no jardim. Vislumbramos que isso iria aumentar-nos as dificuldades. Eu e o general Mena Barreto corremos ao encontro do Dr. Maurício de Lacerda, que avistamos à frente dêle e fizemos-lhe um apêlo para que todos regressassem ao exterior, a fim de evitar incidentes desagradáveis, capazes de macular o movimento, que ainda não havia alcançado o seu desfecho. O Dr. Maurício de Lacerda atendeu-nos logo; falou ao grupo e conseguiu que fizessem meia volta.

A situação, conforme se vê, era extremamente dificultosa para nós, estavamos assediados de civis armados; alguns não seriam de certo

os mais nobres e calmos, mal disfarçavam a sua irritação pela demora. Se o 3.º Regimento não houvesse armado e trazido consigo tôda essa gente, se tivessemos ao nosso lado apenas a tropa regular, disporiamos de tempo e serenidade para deliberar.

Convencidos de que, antes de praticar qualquer violência, devíamos esgotar todos os meios de convencer o Dr. Washington Luis da necessidade de submeter-se, resolvemos recorrer a uma pessoa de seu sêquito que nos parecia capaz de ter no momento influência real sôbre êle. Lembramo-nos do Dr. Otávio Mangabeira, espírito culto e sereno, e colaborador leal do Dr. Washington. Eu e o general Malan logramos conversar com êle na parte interna do palácio, no corredor que circunda a área central. Expliquei-lhe o objetivo do movimento e o nosso desejo de evitar qualquer violência física ao presidente. S. Excia. prometeu-nos trabalhar para demovê-lo de sua obstinação, a tôda a luz inadmissível naquele instante.

Mas o tempo passava e urgia uma solução.

Haviam-me dito que o Cardeal Dom Leme estava pronto a intervir em prol da pacificação, dando asilo em seu palácio ao Dr. Washington e permitindo que o dito palácio fôsse vigiado exteriormente pelo Exército.

A solução tinha grandes inconvenientes, mas também apresentava reais vantagens naquela emergência. Permitia retirar o Doutor Washington da sede do govêrno e dissolver aquela multidão. Dava-nos tempo para outras providências urgentes no centro da cidade, que convinha policiar.

Encarregamos o nosso camarada, marechal reformado Erasmo de Lima, de ir, em companhia do major Valentim Benicio, ao palácio do cardeal e de pedir-lhe nos fizesse a fineza de vir ao Guanabara auxiliar-nos a vencer o embaraço que se nos deparava.

Sua eminência veio prestamente em companhia do marechal Erasmo e de monsenhor Costa Rêgo. Mas como trocar idéias no meio daquela assembléia popular? Fomos para uma sala do andar térreo, que logo se encheu de gente. Mesmo assim conversamos, bombardeados de apartes; houve um momento em que quase cheguei a desanimar. Entrementes eu havia refletido e chegado à conclusão de que a solução melhor e mais garantidora da pessoa do Dr. Washington, era guardá-lo numa fortaleza, se conseguissemos levá-lo para lá sem violência. O coronel José Pessoa propugnou pública e ardentemente esta solução e mais a prisão de dois ministros: o da justiça e o da guerra. Não fôra para isso que o cardeal Dom Leme acudira ao nosso chamado; esperava levá-lo para o seu palácio. Porém, em vista do

espetáculo que contemplara, humana e generosamente, se declarou pronto a ir conversar com o Dr. Washington e tentar convencê-lo de que devia submeter-se à nossa decisão. Subiu e pouco tempo depois avisou-nos de estar êle decidido a recolher-se ao forte de Copacabana.

Subimos a escada principal e recebemos o ex-presidente quando êle saia para a área em que essa escada termina. Vimô-lo despedir-se de alguns companheiros. Descemos todos juntos, procurando nós dar ao ato tôda a calma e dignidade. Em baixo, S. Excia. entrou num automóvel, tendo à sua esquerda o cardeal Dom Leme; eu sentei-me na frente. Alguns oficiais subiram para os estribos.

Transpusemos o portão do gradil e seguimos pela rua Farani. Quando chegamos ao Forte de Copacabana e ali deixamos o presidente, já terminara o crepúsculo.

Voltei ao Guanabara. Providenciamos para que o ministro da Justiça e o da Guerra fôssem recolhidos respectivamente ao quartel do 1.º Regimento de Cavalaria e à Fortaleza de São João. O primeiro seguiu acompanhado do general Pantaleão Teles Ferreira e o segundo do general Mena Barreto. Todos os outros colaboradores ou amigos do ex-presidente, que se haviam conservado a seu lado, retiraram-se livremente para suas residências.

Dei um pulo à minha casa a fim de tomar ligeira refeição, passara todo o dia sem comer; depois segui para o Catete, onde me juntei de novo com os generais Mena Barreto e Malan. Ali encontrei o general Leite de Castro.

Ocupamo-nos logo com algumas providências urgentes reclamadas pela situação.

A primeira era a constituição de um govêrno provisório no Rio, até a chegada do Dr. Getúlio Vargas. Assentou-se que seria uma Junta, que eu presidiria. Resignei-me a êste sacrifício depois de grande relutância. O general Mena Barreto seria meu companheiro, como representante do Exército. Quanto à Marinha, lembramo-nos do almirante Penido, a quem telefonei e prometeu vir logo e dar uma resposta verbal. Veio de fato sem demora. Declarou que, embora honrado com a escolha, achava não ser a sua pessoa a mais conveniente naquele momento. Indicou o almirante Isaias de Noronha, a quem telefonou logo, por pedido meu, e que de modo nenhum quis aceitar o cargo. Houve intervenção amistosa do general Mena Barreto para demovê-lo dessa decisão, mas sem resultado. Vendo que o tempo passava veloz, resolvi telefonar por minha vez. Disse ao almirante Isaias que a sua nomeação estava feita, que se tratava de função provisória, e que êle não poderia esquivar-se a êsse sacrifício, a que também não nos puderamos furtar.

Depois de penosa discussão, ficou assentado que o general Leite de Castro iria tomar conta, provisòriamente, da pasta da guerra, o general Malan do Estado Maior do Exército e o general Borba da 1.ª Região Militar.

Organizamos a secretaria da Junta, que ficou constituída dêste modo: major Valentim Benicio, capitães Peri Bevilaqua, José Bina Machado, Rafael Danton Teixeira e Inácio José Veríssimo, e o antigo funcionário de palácio major Augusto Barbosa Gonçalves. O capitão João Carlos Barreto servia-me de ajudante de ordens.

Para a chefia de polícia escolhemos o coronel Bertholdo Klinger.

Na mesma noite de 24 providenciamos para que houvesse um ministro do Exterior, não só por causa de nossas ligações com o estrangeiro, como ainda em vista do incidente ocorrido entre o navio alemão *Baden* e uma das nossas fortalezas, quando aquêle tentava ganhar o alto mar.

Lembrei-me do Dr. Afrânio de Melo Franco, figura proeminente da campanha liberal, que eu sabia estar asilado na Legação do Peru. Pedi ao Dr. Nélson de Sena, então ao nosso lado no Catete, lhe telefonasse nesse sentido, o que êle fêz. O Dr. Afrânio chegou pouco depois. Comuniquei-lhe qual a colaboração que dêle solicitavamos.

O Dr. Afrânio foi à estação telegráfica do palácio e dali, segundo me disse, comunicou-se diretamente com seu filho, que se encontrava no Paraná, ao lado do Dr. Getúlio Vargas, e a quem noticiou os sucessos da Capital Federal.

Ainda na noite de 24 e depois no dia 25, tivemos de providenciar sôbre vários cargos, que não podiam ficar acéfalos. Escolhemos pessoas distintas para exercê-los provisòriamente. Os nomes de algumas nos foram lembrados por amigos ou camaradas. Nomeamos assim para a pasta da Fazenda o Dr. Agenor de Roure, para a da Agricultura, Indústria e Comércio o Dr. Paulo de Morais Barros, para a das Relações Exteriores o Dr. Afrânio de Melo Franco, para a da Marinha o almirante Isaias de Noronha (nosso companheiro na Junta), e para o Banco do Brasil o Dr. José Joaquim Monteiro de Andrade. A direção dos telégrafos confiamo-la ao Dr. Conrado Miller de Campos e a da municipalidade do Distrito Federal ao Dr. Adolfo Bergamini.

Para exercer o cargo de ministro da Justiça pensei nos Doutores Ariosto Pinto e Levi Carneiro. Convidei-os a ambos, mas nenhum dêles quis aceitá-lo, apresentando razões que me pareceram dignas de acatamento.

O coronel Almério de Moura ficou incumbido, com outros oficiais, de exercer o comando militar do palácio.

Estivemos ocupadissimos durante quase tôda a noite de 24 para 25 de outubro. Tinhamos de providenciar com urgência sôbre certas questões e eramos assediados por individuos que invadiam o palácio, inclusive jornalistas desejosos de entrevistar-nos. Logramos repousar apenas poucas horas. No dia 25 continuamos desde cédo nesse labor.

Nutriamos a crença de que os revolucionários, sobretudo os que marchavam sob a direção imediata do Dr. Getúlio Vargas, compreenderiam claramente as nossas intenções, que destarte não precisavam ser explicadas nesses primeiros momentos. A nossa preocupação absorvente era obter logo a cessação da luta. Para aí convergiam todos os nossos esforços.

Com êsse objetivo, telegrafamos, às 23 horas e 30 minutos de 24 de outubro, ao Dr. Getúlio Vargas e às demais frentes, nos seguintes têrmos:

"Tenho honra comunicar V. Excia. que, com a cooperação massa popular, classes armadas realizaram hoje, sem efusão de sangue, mudança alta administração país, no patriótico intuito pôr paradeiro à chacina que ameaçava desgraçar a família brasileira. Ex-presidente foi recolhido ao entardecer ao Forte de Copacabana, ex-ministro Justiça ao 1.º Regimento de Cavalaria e ex-ministro Guerra à Fortaleza de São João. Demais em liberdade. Junta provisória apela todos brasileiros suspendam imediatamente quaisquer hostilidades.

Saudações.

Pela Junta.

General Tasso Fragoso".

Também telegrafei ao tenente coronel Góis Monteiro, Chefe do Estado Maior do Dr. Getúlio Vargas. Fi-lo assim:

"Comunico distinto camarada que movimento triunfou no Rio teve por objetivo principal evitar derramamento san-

gue brasileiro. Confio, pois, seu patriotismo imediata suspensão hostilidades.

Pela Junta Governativa

General Tasso Fragoso".

Mas, ao contrário do que esperavamos, apareceram logo os primeiros sintomas de que a nossa atitude não era compreendida e nos tomavam como desejosos de agarrar-nos ás posições, ou como organizadores de uma contra-revolução.

O ato espontâneo da guarnição do Rio, praticado sem prévia combinação com a Aliança Liberal, causou decepção a certos revolucionários, que esperavam atacar e vencer a capital do pais. Êsses não ocultaram o seu despeito e vingaram-se da Junta, enviando-lhe telegramas inamistosos, a que ela não deu resposta.

Nesse período creio ter havido muita gente que fêz entendimentos, passou telegramas e atuou à revelia da Junta. Também se praticaram vários atos de que ela só veio a saber tempos depois.

Em vista dêsses primeiros indícios de desconfiança, que a Junta logo percebeu, dirigiu ela, na manhã de 25, êste telegrama *urgentíssimo* ao Dr. Getúlio Vargas:

"Tendo sido vitorioso movimento militar feito com alto ideal confraternização família brasileira e conservação unidade nacional, foi com imenso júbilo que levamos êsse fato ao conhecimento de V. Excia.

"As grandes dificuldades de ontem para assegurar ordem pública e apear com dignidade e acatamento anterior govêrno, impediram-nos informar pormenorizadamente Vossa Excia., cuja presença aqui é urgentíssima.

"Apelamos para V. Excia. a fim de que sejam imediatamente suspensas hostilidades que porventura ainda persistam.

Idêntica providência neste momento reiteramos fôrças federais em todo território nacional.

Afetuosas saudações.

General Augusto Tasso Fragoso.

General Mena Barreto.

Almirante Isaias de Noronha".

O Dr. Getúlio respondeu assim:

"Agradeço comunicação V. Excia. e reconheço objetivo patriótico determinaram fôrças federais Rio abreviando desfecho revolucionário. Desconhecendo, porém, propósitos Junta organizada Rio, que não esclarece se aceita princípios revolução brasileira, bem como solução já alvitrada (2), acho preferivel V. Excia, mandar aqui emissário incumbido esclarecer e tratar situação um tanto confusa visto considerar no momento sem objeto minha ida aí. Isto é possivel fazer brevidade por via aérea, havendo aqui campo aterrissagem. Não está em jogo unidade nacional, e confraternização familia brasileira só depende aceitação integral programa revolucionário. Quanto à solução definitiva da situação militar, ficará subordinada à solução definitiva da situação politica.

Atenciosas saudações.

Getúlio Vargas.

Diante dêsse telegrama e de outros que vinham chegando, inclusive das demais frentes, denunciadores da resistência à idéia da suspensão da luta por parte dos revolucionários, convenci-me de que a *suspeita de nossa ambição política* era uma realidade, e talvez por isso que o Dr. Getúlio não queria vir ao nosso encontro para lhe entregarmos o poder e dar-lhe explicações verbais. Refleti, porém, e achei natural que êle desejasse, antes de prosseguir para o norte, obter esclarecimentos mais precisos com respeito aos intuitos do movimento militar do Rio. Passei-lhe então êste telegrama:

"25 de outubro de 1930.

Minha colaboração no movimento da Capital Federal originou-se exclusivamente do desejo ardente ver terminada luta fratricida e conservação unidade nacional. Declarei preliminarmente nada aceitaria depois dela. Tal é ainda agora minha resolução inabalável. Meus esforços têm-se concentrado exclusivamente na manutenção da ordem e conservação aparelho governamental. Estou pronto, e foi sempre êste meu pensamento, a passar o govêrno a V. Excia. quando V. Excia. aqui se apresentar. Com êsse intuito solicitei

---

(2) Não sei qual seja. Refere-se à conversa com Melo Franco?

sua vinda. Nessa ocasião pensava dar explicações verbais da demora havida em nosso entendimento, pois sempre imaginei que V. Excia. não poderia ter dúvidas transitoriedade minha posição. Faço um derradeiro apêlo a V. Excelência para que a luta termine sem demora nas demais frentes. As fôrças que aqui se sublevaram não se renderam, mas livremente, e fora da linha de batalha, resolveram recusar-se a entrar na peleja por amor do Brasil.

General Augusto Tasso Fragoso.

Embora assinado ùnicamente por mim, foi êste despacho expedido de acôrdo com os meus dois outros companheiros de Junta.

Nossa posição ficou assim claramente definida.

Nesse mesmo dia 25, e depois de ter respondido ao Dr. Getúlio Vargas, recebi o seguinte telegrama do Dr. Oswaldo Aranha, então à testa do govêrno do Rio Grande do Sul:

"As fôrças nacionais estavam de posse de mais de metade nosso território e contavam com 2/3 da população brasileira, quando, correspondendo à expectativa do país e aos compromissos assumidos conosco, foi feito o movimento da Capital chefiado por V. Excia. 15 governadores da revolução estão em seus Estados e continuarão pondo em prática as medidas civis e militares necessárias.

Nesta emergência os demais, São Paulo, Bahia, Estado do Rio, estão invadidos por fôrças invencíveis, porque recebem a adesão das outras fôrças e das populações. Apenas a Capital e o Amazonas não estavam atingidos, aquela pela distância, êste pelo terror e pela mentira oficiais. Fôrças nacionais compostas de mais de 70 unidades das 100 do exército brasileiro, acrescidas das fôrças policiais de 15 Estados e de um voluntariado que só no Rio Grande atinge a soma de cem mil marcham para seus objetivos. Tinhamos e temos recursos bélicos para lutar com superioridade contra qualquer fôrça que se organize no país. Comanda nossas fôrças o presidente eleito do povo brasileiro. Somos a maioria.

"Não podemos ficar em meio do caminho. Não podemos faltar aos compromissos assumidos com a República. Não podemos entregar a bandeira que fêz o milagre da revolução

nacional, o mais impressionante e grandioso pronunciamento cívico da nossa história.

"A V. Excia. com a Junta Governativa, assim como às classes armadas e às populações ainda não libertadas cabe não só o dever de não resistir senão o de incorporarem-se à insurreição geral dos brasileiros, cooperando com ela sem preconceitos, confiantes em que a grandeza do movimento não pode querer senão a felicidade da República, num regime de moralidade e justiça, em que todos os brasileiros terão iguais direitos com deveres iguais. Em nome da Nação Brasileira em armas e especialmente do Rio Grande do Sul, que represento, apelo para todos os chefes do movimento do Rio para que todos os brasileiros rendam-se com honra e orgulho à voz soberana da Pátria, que está na vontade e nas armas das fôrças nacionais.

Receba V. Excia. as homenagens da minha admiração.

Oswaldo Aranha".

Respondi imediatamente nestes têrmos:

"Dr. Oswaldo Aranha.

Agradeço o telegrama de V. Excia. Peço permissão para respondê-lo com o que dirigi ao Dr. Getúlio Vargas e aqui reproduzo".

E copiei o meu telegrama dêsse mesmo dia ao Dr. Getúlio, no qual defini o objetivo exclusivamente patriótico que norteara a Junta.

No dia 26 de outubro, às 14 horas e 58 minutos chegou-me a seguinte resposta urgente do Dr. Getúlio Vargas, enviada de Ponta Grossa:

"Nunca duvidei que V. Excia. demais membros Junta e elementos dirigiram movimento essa capital houvessem agido senão inspirados superiores e patrióticos impulsos, tenho mesmo por V. Excia. especial aprêço e admiração. Entretanto deve V. Excia. compreender que, havendo assumido compromissos sagrados sentido realizar programa revolução, precisava esclarecimentos prévios me permitissem verificar não existirem entre nós divergências de pontos de vista sôbre finalidade movimento.

Medidas militares ocupação São Paulo considerada indispensável Estado Maior revolucionário.

Julgo telegrama V. Excia. intimamente satisfatório e já foram expedidas ordens gerais cessação hostilidades.

Atenciosas saudações.

Getúlio Vargas".

Além disso, e de acôrdo com a sugestão do Dr. Getúlio, resolvemos mandar ao seu encontro, no Paraná, um grupo de amigos, capaz de explicar-lhe, de viva voz, quanto ocorrera na Capital Federal e a nossa decisão irrevogável de passar-lhe o govêrno com a máxima rapidez.

Deliberamos isso na tarde de 25 de outubro. Aceitaram o nosso convite, e partiram a desempenhar essa comissão, o Dr. Ariosto Pinto, ex-deputado federal pelo Rio Grande do Sul, o coronel Coelho Neto, o tenente-coronel Lúcio Esteves e o capitão Carlos Flores de Paiva Chaves. Seguiram em avião da Companhia Condor ao amanhecer de 26, desceram em Paranaguá e foram de lá a Ponta Grossa em trem especial. Às 22 horas de 26 estavam nesta cidade e conversaram com o Dr. Getúlio Vargas.

A prisão do Dr. Washington Luís no Forte de Copacabana estava destinada, em meu humilde conceito, a criar grandes dificuldades à revolução.

Que se iria fazer dêle? Processá-lo? Mantê-lo encarcerado durante longo tempo?

Dêsse processo falavam muitos. Reclamavam-no como castigo indispensável. A revolução — diziam — era antes de tudo punitiva e por isso devia-se apurar a responsabilidade do ex-presidente e infligir-lhe o merecido castigo. Esta frase voava de boca em boca; repetiam-na até certos chefes. No meu conceito era ùnicamente a expressão verbal do ódio politico momentâneo.

A que espécie de processo e a que pena sujeitar o Dr. Washington?

Seria difícil dizé-lo.

O seu crime era meramente político e o verdadeiro e maior castigo já lhe havia sido aplicado com a deposição. Instaurar um pro-

cesso, que certamente reclamaria tempo e destarte decorreria num ambiente de amortecimento de ódios e de crescente simpatia pela violência inútil, seria êrro que convinha evitar.

Por outro lado a prisão demorada não apresentava nenhuma vantagem; atraía a piedade das almas compadecidas e transformava-o em vítima imbele. Erigi-o também em símbolo apropriado à arregimentação dos reacionários, justamente no período delicado da reconstrução política do país, em que havia premente necessidade de harmonia e serenidade.

A meu ver, o melhor seria desterrá-lo com a máxima brevidade. Achava haver indiscutível conveniência em que o Dr. Washington já não estivesse no Rio quando aqui chegasse o Dr. Getúlio Vargas; era um óbice a menos na execução da tarefa que iria pesar-lhe sôbre os hombros.

Não ousei, porém, tomar sozinho essa resolução. Coerente com o meu ponto de vista no tocante a revolução da Aliança Liberal, entendi que a Junta Pacificadora não tinha o direito de dar qualquer destino ao presidente deposto sem primeiro ouvir os chefes principais dessa Aliança. Também me acudiu a idéia de ser possível que o Doutor Washington, com o seu espírito altivo e caprichoso, se recusasse a embarcar e preferisse enfrentar os seus inimigos vitoriosos.

Lembrou-me mandar sondá-lo sôbre êste particular. Chamei ao palácio do Catete, no dia 26 de outubro (se bem se recordo) o Doutor Otávio Mangabeira e pedi-lhe o obséquio de ir ao Forte de Copacabana e verificar, em conversa com o Dr. Washington Luís, se êle estava disposto a embarcar, quer dizer se não se opunha à resolução que eu imaginara, criando-nos uma situação idêntica à do dia 24 no Guanabara.

O Dr. Mangabeira satisfez gentilmente ao meu desejo. Esteve no Forte com autorização minha e trouxe-me a solução que eu desejava.

Em vista disso, no dia 28 de outubro, passei ao Dr. Getúlio e ao Dr. Olegário Maciel, presidente de Minas Gerais, êste telegrama:

"*Absolutamente confidencial*

Dr. Getúlio Vargas.

Quartel General — Ponta Grossa — Paraná.

Sou de parecer que devemos permitir ao Dr. Washington Luís retirar-se para a Europa com a sua família.

Desejo saber urgentemente qual opinião de V. Excelência sôbre êste ponto, embora esteja certo V. Excia. pense como eu, isto é, que nos cumpre pairar acima das paixões do momento, a fim de que o movimento nacional capitaneado pelo heróico e sempre generoso Rio Grande do Sul não se deslustre com atos possíveis de vindita individual, que a posteridade jamais nos perdoaria.

O Brasil foi sempre generoso com os seus governantes decaídos.

Não devemos esquecer as dificuldades criadas ao govêrno provisório da Argentina pela decisão de conservar no seu território o presidente Irigoyen.

Peço resposta urgente de V. Excia.

Saudações.

Augusto Tasso Fragoso.

(Idêntico ao Dr. Olegário Maciel).

Nunca obtive resposta dêsses telegramas.

Houve quem me criticasse acerbamente por êsse meu ponto de vista, embora poucos houvessem tido dêle conhecimento. Acusaram-me de querer dar fuga ao Dr. Washington.

Não preciso defender-me perante as almas desapaixonadas, até porque a minha defesa fê-la o próprio Dr. Getúlio Vargas deportando pouco depois para a Europa o ex-presidente, aliás sem nenhuma palavra oficial esclarecedora e justificadora dessa medida, palavra que a Junta não se esqueceria de dar caso o seu alvitre houvesse sido aceito.

No dia 27 de outubro, chegou ao Rio o Dr. Oswaldo Aranha, vindo do Rio Grande do Sul, e procurou logo a Junta.

Nesse mesmo dia sobreveio um ato de indisciplina num dos batalhões da polícia, o qual causou grande alarma na cidade. Pensou-se até, no primeiro momento, que se tratava de uma contra-revolução. Eu me encontrava no Palácio do Catete quando me chegaram os primeiros e vagos informes do incidente. Tomei tôdas as providências necessárias, inclusive para resistir nêle, se porventura fôsse atacado. Mas dentro de pouco tempo a situação se esclareceu e a insignificante perturbação ficou reduzida às suas verdadeiras proporções.

Sem embargo, publicou a Junta êste boletim:

"Ao povo.

A Junta Governativa Provisória tem conhecimento de que elementos perniciosos à ordem social procuram infiltrar no meio operário idéias nocivas à paz pública.

A Junta previne à população de que se deve premunir contra os referidos inimigos da tranquilidade e segurança públicas e que fará punir severamente todos os que forem encontrados distribuindo manifestos sediciosos e todos os que atentarem contra os mantenedores da ordem e responsáveis pela paz pública.

As fôrças do Exército, Marinha, Polícia e Bombeiros, completamente fraternizadas na jornada de 24, mantêm-se firmes, ao lado da Junta para a defesa dos supremos interêsses da Pátria.

A Junta apela para todos os bons brasileiros e para as classes acadêmicas no sentido de auxiliá-la a levar a cabo a obra difícil que lhe está confiada.

Alerta, brasileiros patriotas!

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1930.

General Augusto Tasso Fragoso
General João de Deus Mena Barreto
C. Alm. Isaias de Noronha".

Ainda nesse mesmo dia 27, lançou a Junta êste manifesto:

"Ao Povo Brasileiro.

A Junta Governativa, depois de se haver pôsto em contacto com tôdas as fôrças revolucionárias triunfantes, pode fazer agora a seguinte declaração:

A vitória da revolução traz como conseqüência a dissolução do Congresso Nacional e a anistia, mas a Junta aguarda a chegada do Dr. Getúlio Vargas a esta capital a fim de serem expedidos os necessários atos.

As nomeações até agora feitas são as estritamente indispensáveis ao regular funcionamento dos serviços públicos e têm, tôdas elas, caráter interino.

Foram expedidas pela Junta e pelas fôrças revolucionárias do Sul e do Norte as ordens definitivas para a cessão das hostilidades e completa pacificação do País.

A Junta garantirá a ordem pública, a segurança nacional, a distribuição da justiça, o respeito aos trabalhos e a unidade nacional e procederá, para alcançar o seu objetivo, com a maior energia.

Ela aguarda ùnicamente a chegada do Dr. Getúlio Vargas para que se inicie a normalização definitiva do govêrno do país.

Capital Federal, 27 de outubro de 1937.

General Augusto Tasso Fragoso

General João de Deus Mena Barreto

C. Alm. Isaias de Noronha".

Na manhã de 28, se me não falha a memória, reuni em uma das salas do 1.º andar do palácio do Catete os generais João de Deus Mena Barreto, Malan d'Angrogne, Borba, Leite de Castro, Pantaleão Teles e Andrade Neves, e o almirante Isaias de Noronha, bem como os civis Drs. Plinio Casado, Oswaldo Aranha e Lindolfo Color. Expliquei-lhes em poucas palavras a minha participação no movimento insurrecional operado no Rio de Janeiro. Contei-lhes a visita que, pouco tempo antes de 3 de outubro de 1930, me haviam feito, em minha casa, os Drs. Lindolfo Color e Sérgio de Oliveira, para me participar a próxima eclosão de uma revolução promovida pela Aliança Liberal, a qual tinha muitos adeptos no Rio, inclusive no Exército. Êsses adeptos, segundo o Dr. Color, não deixariam de manifestar-se no momento adequado. Narrei-lhes a conversa que tivemos. Embora não me houvesse convidado para a projetada revolução, julguei de meu dever dizer-lhes a minha opinião contrária a movimentos revolucionários. Ajuntei, porém, que, se se tratasse de um movimento geral do país, eu não ficaria neutro, senão que tomaria a atitude que o meu patriotismo me indicasse.

O Dr. Color confirmou com um movimento de cabeça a minha narrativa, que surpreendeu os meus camaradas militares, pois até aquêle momento eu não havia revelado a ninguém nem a visita dos dois citados patrícios, nem o que nela se tinha passado.

Relatei depois como os fatos haviam ocorrido, as prevenções infundadas contra a Junta e a sua inquebrantável resolução de passar o govêrno ao Dr. Getúlio Vargas logo que êle chegasse ao Rio.

Na tarde dêsse mesmo dia, 28, um repórter do *Jornal do Comércio*, que eu conhecia pessoalmente, avisou-me por telefone estar sendo distribuída uma nota do coronel Klinger, chefe de polícia, a qual lhe parecia de extrema importância política. Como a Junta não havia tido dela conhecimento, providenciei para que ma trouxessem e mandei chamar o coronel Klinger.

Logo que a nota chegou, lêmo-la no Catete com surpresa. Era concebida nestes têrmos:

"Polariza no momento tôdas as atenções em tôrno da solução política em marcha a questão da organização do govêrno federal, questão da transformação iminente da Junta Governativa.

Como responsável pela segurança e tranquilidade, cabe-me contribuir para que não pululem versões sem base.

Senhor do pensamento que congrega as vontades dos dirigentes nas diversas frentes, declaro é destituída de qualquer consistência a balela de que a Junta Governativa será sumàriamente substituída, que ela entregará as rédeas do govêrno ao Dr. Getúlio Vargas, cujos partidários, segundo tal invencionice, o considerariam como perfeitamente vencedor no último pleito eleitoral.

Dar-se-á então que a corrente guiada por S. Excelência viria tornar-se nada mais que conquistadora, dissimulando a conquista com a legalidade inexistente de uma eleição que essa mesma corrente desde sempre recusou reconhecer como limpida. Seria uma comédia e seria uma violência desnecessária, seria uma inabilidade, que destruiria de uma penada todo o longo e glorioso esfôrço de pacificação, que para completo êxito só aguarda e espera tôdas as seguranças de concórdia no país, para que se possa abordar o programa da reorganização nacional".

Como se acaba de ver, essa nota do chefe de polícia punha em cheque o prestígio da Junta, pois anulava tudo quanto ela havia feito até então no sentido de entregar o govêrno ao chefe da revolução vitoriosa.

Quando o coronel Klinger chegou ao Catete, falei-lhe diante de várias pessoas, entre as quais se contavam o Dr. Afrânio de Melo Franco e Oswaldo Aranha. Pedi-lhe explicações do seu ato estranhável e inoportuno. O coronel Klinger não as deu satisfatórias. Disse-lhe então que a Junta iria contestar o que êle havia afirmado, embora evitando o mais possível desconsiderá-lo.

O Dr. Melo Franco redigiu logo, de combinação comigo, a nota abaixo transcrita, que foi dada à publicidade nesse mesmo dia e no dia seguinte. O coronel Klinger ouviu-lhe a leitura silencioso, sem nada objetar.

"A Junta Governativa Provisória, constituida para corresponder ao sentimento geral da Nação, amparada nas classes armadas, declara:

A nota publicada hoje por alguns jornais e expedida pelo coronel chefe de policia, inspirada em superiores intuitos, visou exclusivamente tranquilizar o espirito da população.

Existe perfeita harmonia de vistas entre a Junta e tôdas as fôrças que cooperaram para a vitória do movimento nacional, pois que tôdas elas estiveram irmanadas na mesma comunhão de pensamentos e não tiveram em vista senão a libertação do pais.

A Junta aguarda a chegada do Dr. Getúlio Vargas a esta capital, para transmitir-lhe o govêrno como chefe da revolução triunfante, disposta a colaborar com êle para o restabelecimento da legalidade e reorganização do Brasil, de acôrdo com a vontade popular. A vinda de fôrças revolucionárias de todos os setores da luta visa exclusivamente a confraternização de cada um e de todos em grande parada cívica no 42.º aniversário da proclamação da República".

Na noite de 31 de outubro, chegou ao Rio o Dr. Getúlio, vindo de São Paulo pela Estrada de Ferro Central. Fomos esperá-lo na estação. Acompanhei-o pessoalmente, em automóvel, até o Catete, onde êle se hospedou. Tiveram incontestàvelmente tôdas as características de júbilo desbordante e de simpatia as manifestações que recebeu, sobretudo no trajeto da Avenida Rio Branco.

Procurei-o no dia seguinte e expressei o nosso desejo de entregar-lhe o govêrno sem dilação. S. Excia. pediu que esperassemos mais alguns dias, a fim de lhe darmos tempo para repousar e tomar certas deliberações. Nossa conversa não foi longa. Tive a franqueza de dizer-lhe que não achava justo nem conveniente que êle assumisse a direção do pais como presidente eleito, consoante o que desejavam alguns revolucionários. O Dr. Getúlio respondeu-me que essa atitude de sua parte ainda não estava decidida.

Combinada a entrega do govêrno para o dia 3 de novembro, aguardamo-la com ansiedade.

Na manhã dêsse dia li aos meus companheiros de Junta e ao general Leite de Castro as palavras que iria pronunciar, em nome da mesma Junta, por ocasião da passagem do govêrno. Todos se manifestaram de acôrdo com o que eu havia escrito; só o general Leite de Castro pediu que aos vocábulos *orgulho* e *vaidade* do primeiro parágrafo eu ajuntasse *prepotência*, ao que logo acedi.

Depois de ler o meu discurso no salão de honra do Catete e de ouvir a resposta do Dr. Getúlio Vargas, saí imediatamente do palácio e dirigi-me à minha residência, ansioso por voltar ao meu modesto ambiente habitual.

E' inexplicável o júbilo que me invadiu! Tive a impressão de que me escapara de um cárcere e ficara livre de gravissima responsabilidade.

Só quem passou por crises dessa natureza pode compreender o verdadeiro estado dalma de quem não se deixou levar pelos impulsos da ambição.

Vislumbrei desde o primeiro instante a fornalha em que me havia metido. E' no tumulto das paixões que as revoluções desencadeiam que se pode conhecer bem os homens. O egoismo de muitos irrompe sem freio, mostra como êles são na realidade e quais os verdadeiros motivos por que se alistaram entre os insurretos. E' inevitável lutar com êsses apaixonados para lhes anular ou, pelo menos, limitar as pretensões, o que não se alcança sem atritos e, por vêzes, sem lançar os germes de futuras inimizades. Ao lado dêsses, porém, vêem-se indivíduos nobres e desprendidos, cujo pensamento está voltado para a realização das idéias que sempre propugnaram. São os melhores colaboradores e os mais leais companheiros. Poderia citar exemplos, mas acho preferível silenciar.

Fiz muitos inimigos. Alguns antigos revolucionários, que já me detestavam pela circunstância de eu ter sido sempre legalista nas revoltas contra os govêrnos anteriores, e talvez desconfiados de que me inspirasse apenas a ambição, não quiseram sopitar o seu velho ódio.

Conforme já assinalei, o ato da guarnição do Rio em 24 de outubro surpreendeu a muitos e causou a vários grande decepção.

Achando-se à frente de hostes numerosas, não pôde o chefe do Estado Maior do Dr. Getúlio Vargas renunciar sem mágua à idéia de conduzi-las, com o talento guerreiro de um Napoleão e mediante grandes batalhas, à conquista da Capital Federal. Todos os seus planos grandiosos ruiram por terra inesperadamente, e a glória, que prelibara, de atravessar as ruas dessa capital aclamado como César invencível esvaeceu-se, deixando-lhe nalma o laivo de um grande despeito, que êle não soube disfarçar em Ponta Grossa, quando ali chegaram os enviados da Junta Governativa. Daí a atitude hostil a esta Junta, ati-

tude que caracterizou os seus atos subsequentes. Nessa fúria de despeito e de ambição, não se pejou de insultar o velho Exército de que provinha.

Reintegrado em meu lar, entrei a observar os acontecimentos e a sôbre êles refletir com serenidade.

Confesso que me tornei melancólico e apreensivo.

E' empreendimento de extrema gravidade destruir a organização política de um Estado para a substituir por outra, sobretudo no período subsequente ao abalo revolucionário, quando ainda estão crepitantes as paixões da luta e na massa infrene dos vitoriosos não se operou a decantação necessária para que apenas sobrenadem os elementos moralmente capazes e eficientes. E esta obra de depuração é lenta, reclama energia, calma e perseverança. Ouve-se falar muito em *punições*, em *castigos merecidos* e no *direito* de retirar os adversários dos cargos rendosos que ocupavam para que os senhores do dia possam com êles locupletar-se.

Na revolução de 1930 o que mais me alarmou foi a mentalidade de certos revolucionários. Muitos militares e civis, remanescentes das últimas rebeldias, vinham do exilio em países do Prata e lá se haviam impregnado das idéias comunistas, que os agentes da Rússia soviética não se cansam de divulgar. Donde um estado de espírito propenso à destruição dos mais fortes laços sociais (políticos e religiosos), e ao desrespeito à subordinação hierárquica, em resumo, uma ânsia incoercível de gôzo e liberdade sem freio. Isso me aterrava. Certos fatos posteriores demonstraram os fundamentos das minhas preocupações. O que se passou no Exército é exemplo característico. Se não chegamos a ter os *comitês de soldados e marinheiros*, tivemos o dominio dos *tenentes*. O projeto, concebido por alguns dêstes, para afastar do exército ativo todos os generais como incompetentes e suspeitos, patenteia as convicções de que estavam possuídos. O gabinete do ministro da Guerra ofereceu em certo período o triste espetáculo de um centro de dissociação das fôrças armadas, inspirado por jovens oficiais que há muito delas se encontravam afastados. Está nisso a fonte das maiores dificuldades com que tem lutado a República Nova. Os outros males de que tem padecido nada são comparados aos provenientes das tentativas de implantação do comunismo, feitas por elementos civis e militares que a revolução acarreou na sua esteira e a que deu inexplicável prestigio, pelo menos nos primeiros tempos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1937.

NOTA — Os documentos comprovantes do presente depoimento acham-se arquivados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nas condições em que foram entregues pela família do ilustre general brasileiro.